

ESTUDOS DE CASO

A reabilitação da
Casa da Boavista,
Porto

Reabilitação
e adaptação
do Palacete
da Quinta do
Bom Pastor

Projeto de
reabilitação
e valorização
do conjunto
arquitetónico
da Igreja de São
Bento do Mato,
Azaruja

A Arquitetura
Paisagista e a
Conservação
e Restauro do
Jardim Botânico
da Ajuda

BOAS PRÁTICAS

Relatório Prévio:
um mecanismo de
controlo prévio e de
responsabilização

O projeto de
arquitetura na
cidade histórica

Projetar o Passado
no Futuro: o lugar
das Humanidades
na construção de
projetos em
património
cultural

O PROJETO INTERVIR EM PATRIMÓNIO

Na Salvaguarda do Nosso Património

Para além do seu valor histórico e simbólico, um edifício é um conjunto de materiais sabiamente interligados.

Paredes de alvenaria de pedra, gaiolas ou tabiques são exemplos de técnicas complexas, praticamente esquecidas com a construção nova e materiais associados.

É obrigação de todos zelar para que os edifícios que integram o nosso Património continuem a sua vida útil e intervir de modo a manter-lhes a dignidade.

Reabilitá-los é preservar a transmissão de valor.

A **AOF** é uma empresa com mais de 50 anos de existência, sempre ligada à salvaguarda do Património. Soube adaptar-se às novas maneiras de entender a intervenção, apostando fortemente na formação dos seus colaboradores.

A **AOF** possui um grupo técnico alargado e altamente especializado na área de conservação e restauro.

Parque da Boavista
Avenida do Cávado nº160
4700-690 Braga
Tel. +351 253 263 614
www.AOF.pt

Local / Porto / Ordem dos Arquitectos - Secção Regional Norte
Fotografia - Rui Pereira



08. BOAS PRÁTICAS
Relatório Prévio. Um mecanismo de controlo prévio e de responsabilização dos técnicos em relação às obras ou intervenções no património arquitetónico

16. CIDADANIA
As ONG do Património no terreno. Mais protagonismo na exigência do cumprimento da Lei

24. ESTUDO DE CASO
Tratamento face à humidade de pavimentos e paredes em contacto com o terreno. Mosteiro no norte de Portugal

30. ESTUDO DE CASO
Projecto de reabilitação e valorização do conjunto arquitectónico da Igreja de São Bento do Mato, Azaruja

04 EDITORIAL
Vítor Córias

05 BOAS PRÁTICAS
O projeto de arquitetura na cidade histórica

08 Relatório Prévio. Um mecanismo de controlo prévio e de responsabilização dos técnicos em relação às obras ou intervenções no património arquitetónico

12 Projetar o Passado no Futuro. O lugar das Humanidades na construção de projetos em património cultural

16 CIDADANIA
As ONG do Património no terreno. Mais protagonismo na exigência do cumprimento da Lei

20 ESTUDO DE CASO
Reforço das construções em terra. A experiência do projeto SRP do Instituto de Conservação Getty

24 Tratamento face à humidade de pavimentos e paredes em contacto com o terreno. Mosteiro no norte de Portugal

30 Projecto de reabilitação e valorização do conjunto arquitectónico da Igreja de São Bento do Mato, Azaruja

34 A reabilitação da Casa da Boavista, Porto

40 Reabilitação e adaptação do Palacete da Quinta do Bom Pastor para instalação da sede da Conferência Episcopal Portuguesa

50 A Arquitetura Paisagista e a Conservação e Restauro do Jardim Botânico da Ajuda

54 PATRIMÓNIO IMATERIAL
Saber-fazer do figurado em barro de Estremoz é património cultural imaterial da humanidade

57 AGENDA

58 NOTÍCIAS

60 VIDA ASSOCIATIVA

61 Empresas associadas do GECORPA - Grémio do Património

Pedra & Cal

Conservação e Reabilitação

N.º 63 | 2.º Semestre
Julho > Dezembro 2017

Pedra & Cal, Conservação e Reabilitação é reconhecida pelo Ministério da Cultura como publicação de manifesto interesse cultural, ao abrigo da Lei do Mecenato.

EDITOR E PROPRIETÁRIO | GECORPA – Grémio do Património



DIRETOR | Vítor Córias

COORDENAÇÃO | Joana Morão - Canto Redondo

PAGINAÇÃO | Joana Torgal - Canto Redondo

REDAÇÃO | Lia Nunes, Indira Leão - Canto Redondo

CONSELHO EDITORIAL | Alexandra de Carvalho Antunes, André Teixeira, Catarina Valença Gonçalves, Clara Bertrand Cabral, Fátima Fonseca, João Appleton, João Mascarenhas Mateus, Jorge Correia, José Aguiar, José Maria Amador, Luiz Oosterbeek, Maria Eunice Salavessa, Mário Mendonça de Oliveira, Miguel Brito Correia, Paulo Lourenço, Soraya Genin, Teresa de Campos Coelho

COLABORADORES | Ana Cristina Pais, Ângela Barrigó, Eduardo Pereira da Silva, Flávio Lopes, Hugo Guerreiro, Isabel Sereno, Joana Leandro Vasconcelos, Jorge de Oliveira, Luís Ferro, Luiz Oosterbeek, Margarida Carvalho, Maria Pia Ciocci, Miguel Brito Correia, Nuno Valentim Lopes, Paulo B. Lourenço, Pedro Filipe Gonçalves, Rafael Alfenim, Sónia Talhê Azambuja, Tiago Ilharco, Vasco Peixoto de Freitas, Vítor Córias

PUBLICIDADE

Canto Redondo - Edição e Produção
Rua Guilherme Gomes Fernandes, 18 - Loja B
2700-446 Amadora
www.cantoredondo.eu
geral@cantoredondo.eu
Tel.: +351 215 867 771 | +351 917 779 747

GECORPA - Grémio do Património

SEDE DE REDAÇÃO

GECORPA - Grémio do Património
Avenida Conde Valbom, 115 - 1.º Esq.º
1050-067 Lisboa
Tel.: +351 213 542 336
www.gecorpa.pt
info@gecorpa.pt

DEPÓSITO LEGAL 128444/00

REGISTO NA ERC 122549

ISSN 1645-4863

NIPC 503980820

Publicação Semestral

Os textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores, pelo que as opiniões expressas podem não coincidir com as do GECORPA.

CAPA: Fotografia do vestíbulo de entrada da Casa da Boavista (Porto), depois de intervenção. O projeto de reabilitação deste edifício, da responsabilidade do Atelier in.vitro, foi distinguido com o Prémio João de Almada 2017, na categoria Residencial. Para mais informações sobre esta obra, leia o artigo de Joana Leandro Vasconcelos e Tiago Ilharco nesta edição.
© José Campos Architectural Photography



Por um projeto “Amigo do Património”

Vítor Cóias | Diretor da Pedra & Cal

No princípio era o Verbo...

Para nós, construtores, tudo começa com o Projeto...

No original grego do evangelho segundo S. João, acima citado, o termo utilizado é *Logos*, traduzido para português, a partir da versão em latim, por *Verbo* (palavra). No entanto, *Logos* também significa *razão, inteligência, bom senso, conhecimento...*

São estas as qualidades que devem estar presentes no princípio, quando se avalia o Programa e dele se evolui para o Projeto. No caso dos edifícios isso é, normalmente, tarefa para um arquiteto, em que aquelas qualidades se devem traduzir em competências, sobretudo atitudinais e cognitivas. E as competências requeridas são, obviamente, muito diferentes quando se trata de trabalhar sobre uma simples planta de um terreno virgem ou sobre um edifício existente, mormente se ele é antigo, se integra num tecido urbano complexo, e encerra em si um valor histórico ou artístico a preservar. É por isso que a Lei¹ atribui a responsabilidade pela elaboração dos projetos aos “arquitetos, arquitetos paisagistas, engenheiros e engenheiros técnicos”, “na área das suas qualificações e especializações”, que depois traduz em atributos como os *níveis de qualificação* ou as *especializações*, concedidas pelas respetivas associações profissionais.

Este número da *Pedra & Cal* propõe-se pôr em evidência a complexidade conceptual das intervenções no Património Cultural Construído, que transcende largamente o âmbito da ciência das construções, e apela para disciplinas como a história, a história da arte, a arqueologia, a antropologia cultural, a

literatura e outras pertencentes ao domínio das humanidades, cuja relevância é tratada por Luiz Oosterbeek no seu [artigo](#).

A prática projetual “Amiga do Património” é exemplificada, neste número da P&C, através de dois projetos, de âmbito muito diverso mas igualmente bem-sucedidos: o da [Casa da Boavista](#), no Porto, onde a arquiteta Joana Leandro Vasconcelos conseguiu um resultado final muito agradável e uma melhoria substancial das condições de uso do edifício, sem pôr em causa o seu caráter e sem gastar muito dinheiro ao proprietário; e o do [Palacete da Quinta do Bom Pastor](#), na Buraca, em Lisboa, onde os arquitetos Nuno Valentim Lopes e Margarida Carvalho responderam a um programa muito complexo e exigente, que foi possível compatibilizar com a construção existente circunscrevendo as demolições a alguns espaços interiores menos importantes e já muito alterados. Ao invés, foram cuidadosamente restaurados os revestimentos azulejares, frescos, cantarias e outros elementos decorativos.

Dois projetos que se destacam com brilho da maré de obras de reabilitação a “trouxe-mouxe” e das frequentes e graves agressões ao Património Cultural Construído, em edifícios isolados e centros históricos, fruto do facilitismo que atualmente prevalece na aprovação dos projetos e no licenciamento e posterior execução das obras.

Faz todo o sentido que a conceção das intervenções nos edifícios e conjuntos históricos seja confiada somente a arquitetos detentores do necessário *Logos*, ou, por outras palavras, de competências específicas, e que tais competências sejam inequivocamente reconhecidas por quem de direito.

O mesmo se passa em relação ao projeto estrutural e aos das várias instalações e sistemas. Embora as intervenções de natureza estrutural sejam normalmente as mais impactantes², a introdução ou alteração das instalações e sistemas em edifícios ou conjuntos com valor histórico são perturbadoras do equilíbrio em que eles se encontram, representando um risco para a sua integridade e autenticidade. Pressupõem, todas elas, projetistas com qualificações específicas, que devem ser corretamente traduzidas nas especializações concedidas pelas ordens e associações profissionais.

Espera-se que a iniciativa governamental “Reabilitar como Regra” apresentada numa resolução do Conselho de Ministros de novembro do ano passado, possa criar condições para uma maior qualidade das intervenções de reabilitação do edificado e para o usufruto sustentável do Património Cultural Construído do nosso País. Encontrará, certamente, forte resistência por parte dos “interesses instalados” do setor da construção e do imobiliário, que têm prosperado no atual clima de *laissez-faire* ■

NOTAS

1. Lei n.º 31/2009, de 03 de julho – Qualificação profissional dos responsáveis por projetos e pela fiscalização e direção de obra, com as alterações da Lei 40/2015, de 1 de junho.

2. As intervenções estruturais estão enquadradas pelo documento do ISCARSAH (Comité Científico Internacional para a Análise e Restauro de Estruturas do Património Arquitectónico) do ICOMOS – Recomendações para a Análise, Conservação e Restauro Estrutural do Património Arquitectónico. Tradução de Paulo B. Lourenço e Daniel V. Oliveira, Departamento de Engenharia Civil da Universidade do Minho).

O projeto de arquitetura na cidade histórica

Vítor Córias | Diretor da P&C | vitorcoias@gestip.pt

A Lei¹ atribui a responsabilidade pela elaboração dos projetos das construções aos “arquitetos, arquitetos paisagistas, engenheiros e engenheiros técnicos”, “na área das suas qualificações e especializações”. O diploma legal citado não foi, no entanto, concebido para a reabilitação de construções existentes e, muito menos, para a intervenção em edifícios ou conjuntos que constituem Património Cultural Construído (PCC). De facto, as palavras património, reabilitação, restauro e conservação (esta no contexto do PCC) nem sequer aparecem no diploma, que remete para uma portaria² no que respeita aos diferentes tipos de projeto. Esta portaria define, por seu turno, quatro tipos de projeto relacionados com a reabilitação do edificado: projeto de ampliação, projeto de reabilitação, projeto de reforço e projeto de remodelação, mas não contém, depois, referência às intervenções de reabilitação do edificado e ignora totalmente as de conservação do PCC.

O quanto às qualificações e especializações dos técnicos responsáveis pela elaboração dos projetos, a Lei baseia-se em atributos como os níveis de qualificação concedidos pelas associações profissionais, nomeadamente *sénior* ou *conselheiro*, os títulos atribuídos pelas mesmas associações, como *especialista*, e o número de anos de experiência profissional.

Ora, a detenção de níveis de qualificação não é suficiente para o estabelecimento de requisitos de qualificação para a elaboração de projetos, dado que os critérios de atribuição de tais níveis não têm a necessária especificidade. Por idêntica razão, mesmo a detenção de um título de *especialista* só é adequada se a especialização incidir, com suficiente precisão, sobre o tipo de projeto a elaborar ou o tipo de obra a dirigir, o mesmo se podendo dizer do número de anos de experiência profissional.

Estas insuficiências quanto à exigência de qualificação aos autores dos projetos são agravadas, no caso dos arquitetos, porque, ao contrário do que acontece com os engenheiros, a Ordem dos Arquitetos não define nem níveis de qualificação nem especializações, tornando possível que qualquer arquiteto, uma vez inscrito na sua Ordem, se possa considerar competente para projetar seja que obra for, incluindo as que envolvem o PCC. De facto, um diploma legal, que remonta aos anos 80³, aplica expressamente o mesmo princípio ao PCC, estabelecendo que “*são da responsabilidade de arquitecto todos os projectos de arquitectura referentes a obras de recuperação, conservação, adaptação ou alteração de bens imóveis classificados, de qualquer tipo, localização ou uso, e nas respectivas zonas especiais de protecção*”, e definindo, como único requisito de qualificação, a inscrição na câmara municipal licenciadora! Para agravar esta situação, já de si absurda, um levantamento recente feito pela arquiteta Soraya Genin permitiu constatar que, em Portugal, ao contrário do que se espe-



1 2



raria face à antiguidade do referido diploma, os Mestrados Integrados em Arquitetura (e, segundo o estudo, também em Engenharia Civil) não oferecem formação adequada para a elaboração de projetos de conservação do PCC, sendo nulo ou muito reduzido nos respetivos planos de estudo, o número de unidades curriculares para tal relevantes.

É certo que, desde 2016, existe na Ordem dos Arquitetos o Colégio do Património Arquitetónico. Mas, evitando afrontar a prática instituída entre os arquitetos portugueses, segundo a qual “todos podem projetar tudo”, o regulamento exclui expressamente qualquer “restrição dos atos próprios dos arquitetos tal como estão consignados no Estatuto da Ordem dos Arquitetos”.

Esta permissividade é contrariada em diversas cartas, recomendações e convenções internacionais e, em particular as recomendações do ICOMOS e do Conselho da Europa (algumas das quais ratificadas por Portugal), que são

claras quanto à especificidade da conceção e execução das obras envolvendo o PCC e à necessidade de elas serem reservadas a profissionais e a empresas com adequada qualificação. Dentre essa copiosa documentação, destacam-se, em particular:

- A Declaração de Amsterdão (Congresso do Património Arquitetónico Europeu, 1975);
- A Carta Europeia do Património Arquitetónico (Conselho da Europa, 1975);
- Carta Internacional sobre a Salvaguarda das Cidades Históricas (ICOMOS, 1987);
- As Orientações sobre a Educação e a Formação para a Conservação de Monumentos, Conjuntos e Sítios (ICOMOS, 1993);
- A Carta de Villa Vigoni sobre a proteção dos Bens Culturais da Igreja (1994);
- A Carta de Cracóvia – Princípios para a Conservação e Restauro do Património Construído (2000);
- A Convenção Quadro relativa ao valor do Património Cultural para a Sociedade (Conselho da Europa, 2005).

1 | O Largo de S. Miguel, em Alfama, na atualidade.

2 | Idem, o que se pretende fazer.

3 | Praça das Flores, Lisboa – Edifício em vias de demolição para construção de um novo, totalmente dissonante, segundo um projeto indevidamente aprovado. Esta imagem, divulgada pelo Jornal Público, foi obtida pouco antes de iniciada a demolição. Esta foi, em seguida, travada por uma providência cautelar. © Público.

4 | Projeto do edifício de substituição, aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa apesar de ser totalmente dissonante do conjunto da Praça. A obra está, agora, suspensa e os moradores procuram assegurar, recorrendo à tutela jurisdicional do Património, uma integração mais harmoniosa do edifício a construir.



3



“

Para além da competência ética, tantas vezes posta à prova pela avidez do negócio imobiliário, a intervenção do arquiteto na cidade histórica pressupõe competências específicas ao nível da atitude e do conhecimento. Ao nível da atitude, porque tais intervenções envolvem um módico de humildade para aceitar limites e a sensibilidade necessária para percecionar esses limites, muitas vezes de natureza subjetiva; ao nível do conhecimento, porque elas fazem apelo ao estudo, não só dos antecedentes históricos dos conjuntos ou dos edifícios, mas também dos processos e materiais em presença e do maior ou menor contributo destes para o valor cultural daqueles.

”

Para além da competência ética, tantas vezes posta à prova pela avidez do negócio imobiliário, a intervenção do arquiteto na cidade histórica pressupõe competências específicas ao nível da **atitude** e do **conhecimento**. Ao nível da atitude, porque tais intervenções envolvem um módico de humildade para aceitar limites e a sensibilidade necessária para percecionar esses limites, muitas vezes de natureza subjetiva; ao nível do conhecimento, porque elas fazem apelo ao estudo, não só dos antecedentes históricos dos conjuntos ou dos edifícios, mas também dos processos e materiais em presença e do maior ou menor contributo destes para o valor cultural daqueles.

Não faltam, de resto, entre os próprios arquitetos, vozes que alertam para o excessivo protagonismo e permissividade no projeto de intervenções de reabilitação do PCC tratado, frequentemente, como se fosse uma simples sobreposição de sucessivas modificações e atualizações, às quais consideram alguns ser legítimo apor a sua própria “marca”. Em resultado, têm proliferado, em edifícios e conjuntos das nossas cidades históricas, exemplos de confronto entre passado e presente, em que o primeiro se torna o simples pano de fundo para a celebração do segundo.

Contra a “incontinência criativa” de alguns arquitetos que acham que, para serem criativos, têm de ser totalmente livres, argumentam outros arquitetos que, ao contrário, é a aceitação de limites que desafia e põe em evidência a

criatividade. Porque há limites para a liberdade criativa quanto se intervém num edifício antigo ou no tecido urbano consolidado. Limites que são ditados pelo dever de evitar as perdas de valor cultural, assegurando a compatibilidade com o existente, desde o programa até às técnicas e aos materiais, de modo a não comprometer o significado cultural materializado na substância física e na definição formal do edifício ou do conjunto edificado ■

NOTAS

1. Lei n.º 31/2009, de 3 de julho – Qualificação profissional dos responsáveis por projetos e pela fiscalização e direção de obra, com as alterações da Lei 40/2015, de 1 de junho.
2. Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho.
3. Decreto-Lei n.º 205/88, de 16 de junho. Projectos de arquitectura em imóveis classificados e respectivas zonas de protecção.





Relatório Prévio

Um mecanismo de controlo prévio e de responsabilização dos técnicos em relação às obras ou intervenções no património arquitetónico

Flávio Lopes | Arquiteto, técnico superior da DGPC, professor universitário

Que tipos de relatórios são exigidos para o controlo das obras ou intervenções no património arquitetónico?

O Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho, prevê a realização de três tipos de relatórios, a elaborar por técnicos habilitados com formação superior adequada e cinco anos de experiência profissional após a obtenção do título académico:

- O **Relatório prévio** – que acompanha o pedido de informação prévia, de licença ou a consulta prévia, fixados no regime jurídico da urbanização e edificação, em relação a obras de reconstrução, ampliação, alteração e conservação de bens culturais imóveis;
- O **Relatório intercalar** – que descreve os trabalhos efectuados, em curso e a realizar, fundamentando, nomeadamente, eventuais alterações no planeamento, técnicas, metodologias e execução em relação ao previsto em relatório prévio, ou outros factos relevantes no âmbito das obras ou intervenções de grande dimensão e complexidade;
- O **Relatório final** – que descreve a natureza das obras ou intervenções realizadas, os exames e análise efectuados, as técnicas, as



metodologias, os materiais e os tratamentos aplicados, e apresenta a documentação gráfica, fotográfica, videográfica ou outra sobre o processo seguido e o respetivo resultado.

Em que situações é obrigatória a apresentação do relatório prévio?

Relativamente aos imóveis individualmente classificados é sempre obrigatória a apresentação do relatório prévio.

Nos conjuntos arquitetónicos, a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) pode especificar relativamente a que prédios se mostra obrigatória a apresentação do relatório prévio, excluindo aqueles em que considere não se justificar tal procedimento.

Qual a utilidade do relatório prévio?

O relatório prévio, ao proporcionar um maior conhecimento sobre as características do imóvel e sobre o seu estado de conservação, tem um interesse para o proprietário e para a administração do património cultural.

Relativamente ao proprietário permite:

- A realização de ações de conservação preventiva;
- Um melhor planeamento e orçamentação das obras a realizar, evitando custos imprevistos;
- Dispor de um instrumento de monitorização do comportamento futuro do edifício.

Relativamente à administração do património cultural permite:

- Apreciar, com maior fundamentação técnica, as obras ou intervenções e os atos sus-

ceptíveis de afectar a integridade dos bens imóveis que compõem o património cultural, de forma a impedir a sua fragmentação, desfiguração, degradação, perda física ou de autenticidade;

- Graduar as exigências e requisitos a fixar para cada obra às reais condições do imóvel, e ao seu valor cultural;
- Fiscalizar as obras aprovadas.

Que conceitos justificam a realização do relatório prévio?

A conservação, restauro e reabilitação física do património arquitetónico têm por objetivo preservar, e, se possível, melhorar as mensagens e os valores dos bens culturais.

A determinação dos valores ajuda a:

- Estabelecer as prioridades da intervenção;
- Decidir o tipo de ações a realizar;
- Estabelecer a extensão e a natureza dos tratamentos a aplicar.

Por outro lado, qualquer intervenção no património arquitetónico deve ter presente padrões de ética internacionalmente aceites, nomeadamente:

- A situação atual do edifício deve ser registada antes de qualquer intervenção;
- Os testemunhos históricos não devem ser destruídos, falsificados ou removidos;
- As ações de conservação e restauro devem respeitar o princípio da intervenção mínima;
- Qualquer intervenção deve reger-se pelo respeito pela integridade estética, histórica e física dos bens culturais;
- Todos os métodos e materiais utilizados devem ser devidamente documentados.



As intervenções em património arquitetónico devem ainda:

- Ser reversíveis ou repetíveis, se tecnicamente possível, ou pelo menos não prejudicarem uma futura intervenção;
- Preservar, o máximo possível, os materiais e as técnicas construtivas autênticas;
- Ser harmoniosas em cor, textura, forma e escala, caso se verifiquem adições, devendo as mesmas ser também identificáveis, embora menos perceptíveis do que o material original;
- Ser empreendidas por pessoal suficientemente preparado e experiente.

Quais os aspetos fundamentais a abordar num relatório prévio?

O conteúdo e a finalidade de cada tipo de relatório estão fixados nos artigos 4.º a 15.º do Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho. Porém, os técnicos devem assumir, nos relatórios que elaboram, critérios de adaptação dos conteúdos previstos na lei às particularidades de cada caso concreto. Quanto mais elevado for o valor patrimonial do imóvel, e mais complexa for a intervenção, maior será a exigência, quer no diagnóstico da situação existente, quer na avaliação dos impactes da obra no bem cultural protegido.

No âmbito do debate técnico e académico sobre o assunto, apresentamos, nos dois quadros seguintes, algumas sugestões sobre os aspetos essenciais a abordar num relatório prévio ■

QUADRO I | Possíveis temas a abordar num relatório prévio.

TEMAS	ASPETOS A ABORDAR
ENQUADRAMENTO URBANÍSTICO	Meio físico e social.
EVOLUÇÃO HISTÓRICA	Projeto inicial; alterações realizadas ao longo do tempo; situação atual.
CONDIÇÃO ESTRUTURAL	Coerência do sistema estrutural inicial; alterações estruturais ocorridas ao longo do tempo; fragilidades e patologias; metodologia de intervenção para reforço estrutural.
DESCRIÇÃO ARQUITETÓNICA	Análise das fachadas, coberturas e interiores; avaliação das características ainda autênticas; elementos a preservar. Deverá incluir-se levantamento fotográfico exaustivo da zona a intervir, com as respectivas legendas e pontos de onde foram tiradas as imagens.
PROGRAMA DECORATIVO	Análise dos elementos de cariz decorativo; hierarquização dos valores históricos e artísticos; metodologia de conservação e restauro.
SALVAGUARDA DE VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS	Objetivos da futura intervenção arqueológica (quando justificável pelas características do projeto de arquitetura); conclusões das sondagens arqueológicas (quando realizadas antes da elaboração do projeto arquitetónico).
METODOLOGIA DE ATUAÇÃO	Descrição do projeto e das ações a realizar.



QUADRO II | Relação entre os princípios que norteiam a elaboração de um relatório prévio e os temas a tratar*.

JUSTIFICAÇÃO CONCEPTUAL	ASPETOS ESSENCIAIS A ABORDAR
<p>O meio envolvente – Os edifícios classificados ou situados em conjuntos classificados possuem relações significativas com o meio físico, visual ou cultural em que se inserem, as quais, sendo coerentes, devem ser conservadas.</p>	<p>O relatório prévio: (i) procede a uma análise crítica das relações entre o imóvel objeto de intervenção e o meio onde se insere (a rua e o quarteirão), avaliando, se necessário, as modificações ocorridas nesse meio, ao longo do tempo; (ii) propõe a conservação ou acentuação das características autênticas desse meio.</p>
<p>Sistema construtivo – O valor do património arquitetónico não se limita à sua aparência visual. Depende, também, da integridade de todas as partes que o compõem, nomeadamente do sistema construtivo.</p>	<p>O relatório prévio: (i) descreve os elementos estruturais originais do imóvel (fundações, paredes portantes, paredes de frontal, paredes de tabique, pavimentos); (ii) identifica as alterações estruturais ocorridas ao longo do tempo e suas consequências; (iii) procede a uma avaliação crítica da situação atual, incluindo a identificação das patologias e suas causas; (iv) indica as principais ações a realizar para garantir o bom desempenho do edifício (reforço, consolidação, alteração, etc.).</p>
<p>Fachadas e coberturas – As fachadas e as coberturas dos imóveis situados num conjunto classificado contribuem de forma determinante para o seu significado e singularidade. São ainda fatores principais da identidade dos lugares.</p>	<p>O relatório prévio: (i) identifica os elementos autênticos das fachadas e coberturas; (ii) avalia a integridade física desses elementos; (iii) propõe a metodologia de preservação a longo prazo; (iv) justifica as eventuais alterações necessárias para permitir a utilização do imóvel nas condições da vida contemporânea.</p>
<p>Interiores – São aceitáveis as modificações internas que tenham por objetivo melhorar as condições de segurança, conforto e salubridade e respeitem o princípio da intervenção mínima.</p>	<p>O relatório prévio: (i) descreve a compartimentação e os elementos artísticos existentes (por exemplo, caixas de escada, pavimentos, tetos de madeira, estuques decorativos, azulejos, cantarias); (ii) identifica as modificações realizadas ao longo do tempo; (iii) descreve as dificuldades funcionais dos espaços existentes (por exemplo áreas sem iluminação natural, com fraca ventilação ou com dimensões abaixo dos mínimos habitáveis); (iv) avalia eventuais conflitos entre os objetivos de preservação dos elementos interiores com interesse (estruturais ou decorativos) e as modificações especiais pretendidas; (v) menciona a compatibilidade dos sistemas e materiais propostos em relação aos existentes.</p>
<p>Infraestruturas – As infraestruturas têm, tendencialmente, uma duração limitada, quando comparada com o tempo de vida útil de um imóvel. A maioria dos projetos de reabilitação propõe novas infraestruturas (redes de águas, esgotos, sistemas elétricos, elevadores, ventilação e ar condicionado, etc.)</p>	<p>O relatório prévio: (i) avalia as possíveis situações de conflito entre as infraestruturas necessárias e os elementos construtivos ou decorativos existentes nos interiores ou exteriores do edifício (arcos, abóbodas, paredes de frontal, painéis de azulejos, tetos decorados, cantarias, etc.); (ii) avalia as consequências das obras ou intervenções que envolvam remeximento do subsolo (caixas de visita, valas, poços de elevador) no património arqueológico.</p>

* Na impossibilidade de abordar, neste pequeno texto, a variedade de tipologias dos bens culturais imóveis, e a graduação diversa dos valores a defender, tomámos como exemplo um projeto de reabilitação física e funcional de um prédio pombalino, situado no centro da cidade de Lisboa.



Projetar o Passado no Futuro

O lugar das Humanidades na construção de projetos em património cultural

Luiz Oosterbeek | Instituto Politécnico de Tomar, Instituto Terra e Memória, Centro de Geociências da Universidade de Coimbra, Conselho Internacional para a Filosofia e as Ciências Humanas | loost@ipt.pt

Haverá um contributo específico das humanidades na hora de conceber, estruturar e implementar um projeto de construção, conservação ou reabilitação? A temática da sustentabilidade tem sido acompanhada por uma evolução muito grande, sobretudo desde 2012, mas ainda há uma insuficiente discussão sobre como operacionalizar novas abordagens que passam da dimensão da interdisciplinaridade para a transdisciplinaridade. Fala-se muito dessas palavras, que incorporam as novas modas de comunicação (tal como “narrativa” ou “sustentabilidade”), mas o que significam em termos práticos, sabendo-se que as modas passam? Como pode um engenheiro, um dono de obra, ou um conservador-restaurador apoiar-se nas humanidades de forma concreta?

Em recente documento, a UNESCO aprovou um conjunto de recomendações aos Estados, no domínio da ciência da sustentabilidade, destacando que os desafios do desenvolvimento sustentável resultam de interdependências entre fatores sociais, económicos, ambientais e culturais que são inseparáveis, mas cujos mecanismos são ainda mal conhecidos, ocorrendo a que muitas vezes a solução num domínio prejudica os demais. Este é o quadro em que se inscrevem os projetos.

A noção de Ciência da Sustentabilidade envolve pesquisa e educação orientadas para a produção de conhecimento e de tecnologia inovadores, com base num entendimento dos processos que articulam as escalas local e global. Esta abordagem reconheceu seis princípios fundamentais para os projetos de sustentabilidade.

Em primeiro lugar, que o desenvolvimento sustentável e a agenda 2030 das Nações Unidas se apoiam na ciência da sustentabilidade, enquanto conjunto de respostas integradas e complexas que implicam os desafios ambientais, sociais e culturais. Em segundo lugar, que as respostas a esses desafios devem ser contextualizadas.



zadas nas diferentes escalas geográficas e temporais. Em terceiro lugar, que se trata de resolver problemas, mas sobretudo de compreender os dilemas e conflitos de interesses e objetivos, buscando caminhos integradores apoiados em exercícios de prospectiva que tenham em consideração necessidades ao longo do tempo. Em quarto lugar, que na construção de projetos é fundamental articular as ciências e as humanidades, considerando também os saberes não acadêmicos e as artes. Em quinto lugar, que é fundamental considerar em simultâneo a liberdade criativa e a responsabilidade face às necessidades da sociedade, na elaboração de projetos. Finalmente, que a educação deve reforçar as competências necessárias a todos os que assumem essas responsabilidades: análise crítica, prospectiva, raciocínio sistêmico, adaptabilidade, empatia...

Será desejável que a aplicação destes princípios a projetos específicos, nos domínios da

construção, conservação e reabilitação, parta de um esforço de resposta a uma sequência de questões: quais as necessidades a que responde o projeto e de acordo com que valores? Quais as possíveis consequências negativas ou benefícios de cada decisão estratégica de impacto sociocultural, em particular num prazo médio e longo? Para além dos técnicos, donos de obra e agentes estatais, como está a ser envolvida a sociedade no debate possível sobre essas decisões? Existe um plano de comunicação (não apenas de informação, mas de discussão) interna e externa do projeto? A equipa de projeto tem a colaboração de alguém com um perfil orientado para a crítica de valores, caracterização de identidades coletivas ou integração de perspetivas culturais diversas (antropólogo, historiador, filósofo...)?

Em diversos países, têm vindo a ser desenvolvidos programas de gestão cultural integrados do território, que procuram enquadrar

1 | *Quadro de referência da operacionalização de programas de Gestão Cultural Integrada do Território.*

os diversos projetos específicos nesta nova orientação, orientada para a consecução resiliente dos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável. Estes programas apoiam-se em quatro pilares: educação/formação; reorganização da matriz sociocultural; interlocação institucional; e comunicação.

As experiências dos passados 30 anos, desde a divulgação do relatório sobre sustentabilidade ("O nosso futuro comum"), mostram como grandes avanços em determinados momentos

2 | Centro de Negócios de Mação: um projeto que integrou as dimensões socioeconómica e cultural.



foram seguidos de frustrantes recuos, estando todos os principais indicadores globais em pior estado do que antes dessas três décadas: menor biodiversidade, mais conflitos, maior desigualdade, crises e recessões em ciclos cada vez mais rápidos e duradouros, desagregação de Estados, iliteracia crescente, destruição de projetos...

É neste sentido que os intervenientes na estruturação de projetos têm uma responsabilidade fundamental, quer sejam do setor privado, público ou associativo. Um projeto é, sempre, uma antevisão da ação e suas consequências, pelo que projetos que não incorporem as dimensões acima referidas, e se limitem à dimensão técnica, são em rigor maus projetos (ainda que possam ser excelentes projetos de especialidade).

Foram maus projetos (bem estruturados na vertente físico-química mas ignorando a dimensão da biologia) que geraram o caos na conservação da gruta de Lascaux, património mundial. Foram maus projetos (muitas vezes de excelente arquitetura, mas ignorantes das dinâmicas humanas socioeconómicas locais) que espalharam “elefantes brancos” pelo território. Foram maus projetos (muito bem pensados na dimensão da conservação, mas desligados da vertente sociocultural) que afastaram públicos do Parque de Foz Côa e transformaram uma expectativa positiva em perceção distante e negativa. Foram maus projetos (muitas vezes apoiados em excelente investigação e

nas melhores técnicas de conservação e restauro) que reabilitaram monumentos nacionais mas não asseguraram a produção de materiais didáticos para os seus visitantes. Foram maus projetos (com excelente atenção aos direitos de privacidade, mas crescente abandono do investimento em espaços de socialização e vizinhança) que ajudaram a atomizar o espaço urbano e potenciaram a desagregação social e as depressões individuais.

Inversamente, foram bons projetos, que pensaram de forma integrada o espaço comum, atendendo às dimensões técnicas e de valores, atendendo às necessidades imediatas, mas considerando a sua transformação no tempo, que ajudaram a construir uma qualidade de vida globalmente melhor: hospitais que consideram a diversidade cultural, intervenções que privilegiam a conservação sobre o restauro, equipamentos culturais que afirmam a excelência sem virar as costas a diferentes públicos.

Apesar das aparências, vivemos um longo ciclo depressivo, marcado pela instabilidade do sistema financeiro mundial, pelo desemprego que irá aumentar com a digitalização e a robotização, pelo envelhecimento e quebra de natalidade, e pelos conflitos mais ou menos violentos que daí decorrem. Estruturar bem os projetos, concebendo-os verdadeiramente como um traço projetado no tempo, será essencial para adequar os investimentos às necessidades e evitar que desmorone muito do que foi conseguido ■



GECORPA GRÉMIO DO PATRIMÓNIO

Instituição de utilidade pública

(despacho n.º 14926/2014 do D.R. 238/2014, 2.ª Série, de 2014-12-10)

Dez bons motivos para se tornar associado empresarial do GECORPA

1 – Experiência

Os associados têm a oportunidade de contactar com outras empresas e profissionais do segmento da reabilitação, e trocar experiências e conhecimentos úteis. O Grémio constitui, por essa razão, um fórum para discussão dos problemas do setor.

2 – Representatividade

O GECORPA – Grémio do Património garante uma maior eficácia na defesa dos interesses comuns e uma maior capacidade de diálogo nas relações com as entidades oficiais para melhor defesa da especificidade do setor.

3 – Concorrência Leal

O Grémio do Património bate-se pela sã concorrência entre os agentes que operam no mercado, defendendo a transparência, o preço justo e a não discriminação.

4 – Referência

Muitos donos de obra procuram junto do Grémio os seus fornecedores de serviços e produtos. Pertencer ao GECORPA – Grémio do Património constitui, desde logo, uma boa referência.

5 – Formação

Os sócios têm prioridade na participação e descontos na inscrição das ações de formação e divulgação promovidas pelo Grémio do Património.

6 – Informação

O GECORPA – Grémio do Património procede à recolha e divulgação de informação técnica sobre o tema da reabilitação, conservação e restauro do edificado e do Património.

7 – Gestão da Qualidade

O Grémio do Património proporciona apoio à implementação de sistemas de gestão da qualidade e à certificação, oferecendo aos sócios condições vantajosas.

8 – Publicações

Agora em formato digital e de distribuição gratuita, a *Pedra & Cal* é uma revista semestral editada pelo GECORPA há 18 anos, que tem como missão divulgar as boas práticas neste setor e evidenciar a necessidade de qualificação das empresas e profissionais.

9 – Publicidade e Marketing

O GECORPA – Grémio do Património distingue as empresas associadas em todas as suas atividades. Os sócios beneficiam de condições vantajosas na publicidade da *Pedra & Cal* e no *Anuário do Património*, onde podem publicar notícias, estudos de caso e experiências da sua atividade.

10 – Presença na Internet

O sítio web da associação constitui um prestigiado centro de informação das atividades, soluções e serviços de cada associado na área da conservação e da reabilitação do património construído.

***Ajude a defender o Património do País:
as futuras gerações agradecem!
Pela salvaguarda do nosso Património: Adira ao GECORPA!***

As ONG do Património no terreno

*Mais protagonismo na exigência
do cumprimento da Lei*

Vitor Córias | Fórum do Património '17 | vitorcoias@gestip.pt

Apesar de todos os alertas, nomeadamente os veiculados pelas várias dezenas de ONG do Património reunidas no Fórum de 10 de abril de 2017, a salvaguarda do Património Cultural Construído (PCC) do País continua a ser motivo de grande preocupação. Em Lisboa, no Porto e noutras cidades do País, multiplicam-se os empreendimentos imobiliários incompatíveis com as características dos imóveis e as obras de reabilitação norteadas apenas pela maximização do lucro imediato.



1 e 2 | Forte de S. António da Barra (Estoril), na actualidade.

3 | Forte de S. António da Barra (Estoril), 1986.

G

raças ao alegado contributo do turismo para o aumento do investimento estrangeiro, para o crescimento das receitas da restauração, da hotelaria e de outras atividades ou para a criação de emprego¹, e à influência avassaladora da aliança do respetivo lóbi com o da construção e do imobiliário, um ambiente de facilitismo envolve o licenciamento de operações de reabilitação urbana com impacto negativo sobre o carácter e autenticidade dos centros e bairros históricos e a vida dos moradores.

O Fórum do Património 2017 (FP'17) assumiu claramente na sua Declaração Final (DF) o empenho de mobilizar as Organizações da Sociedade Civil dedicadas à defesa da herança cultural, de modo a implementar uma estratégia comum. Tal estratégia encontra-se plasmada nas 12 ações concretas que as ONG subscritoras da DF se comprometeram a desenvolver em conjunto. Tais ações foram agrupadas em três linhas mestras: uma respeitante às **ONG** propriamente ditas, outra à **Lei** e uma terceira ao **Estudo, o Ensino e a Formação**.

O presente texto refere-se à segunda daquelas linhas mestras, a Lei, e parte do pressuposto de que essa mesma Lei, incluindo os diversos planos e demais instrumentos legais e regulamentares, defende adequadamente o PCC, só não surtindo os desejados efeitos porque não é corretamente aplicada ou é, de todo, ignorada. Assim sendo, torna-se necessário um maior protagonismo, no terreno, das ONG que aderiram ao FP'17, exigindo o cumprimento da

Lei nas operações urbanísticas² que envolvam o PCC, nomeadamente, a rigorosa adoção dos princípios consignados nas Leis de Bases do Património Cultural e da Política Pública de Solos, do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, bem como das medidas de valorização e proteção constantes dos Planos Municipais de Ordenamento do Território e dos Planos de Salvaguarda em vigor.

É consensual que as ONG do Património têm legitimidade para ser parte ativa nos processos de licenciamento municipal e, por essa via, promoverem a adoção de boas práticas e prevenirem operações urbanísticas lesivas do PCC, designadamente nos centros e bairros históricos. Têm também legitimidade, através de meios cautelares e da ação popular, para sustentar empreendimentos que tenham sido indevidamente licenciados, mesmo que envolvam edifícios não classificados, desde que possuam reconhecido valor histórico-artístico.

Em qualquer intervenção das ONG ao longo do processo a seguir descrito a postura adotada deve ser preferencialmente colaborante, quer junto do promotor, quer junto das diversas entidades que possuem competências sobre o PCC, nomeadamente:

- **Câmaras Municipais**, que são as entidades licenciadoras, com competências respeitantes às áreas ou imóveis integrados em Planos de Salvaguarda, aos Imóveis ou Conjuntos classificados de Interesse Municipal ou listados no PDM;



4



5



6

- **DGPC**, com competências respeitantes aos Imóveis ou conjuntos classificados;
- **Direções Regionais da Cultura**, com competências respeitantes às Zonas de Proteção.

Procurar-se-á, deste modo, em execução dos princípios e objetivos previstos nas referidas leis, contribuir para a melhoria do empreendimento em causa, tendo em vista quer a salvaguarda da sua identidade histórica quer a sua integração harmoniosa no conjunto urbanístico em que está inserido.

Verificando-se que os contributos das ONGs não foram acolhidos, haverá então que entrar numa fase contenciosa, para defesa dos princípios e valores contidos nas citadas leis e, se for o caso, nos regulamentos dos Planos Municipais de Ordenamento do território e dos Planos de Salvaguarda em vigor.

A intervenção das ONG em defesa do PCC pode justificar-se ao longo das diversas fases por que, no atual contexto de intensa atividade imobiliária, podem passar os locais, imóveis ou conjuntos com valor patrimonial, ou seja, os alvos potenciais de operações urbanísticas.

Numa **primeira fase**, esses locais, imóveis ou conjuntos encontram-se numa situação expectante, não raro em acentuada degradação resultante de aparente abandono, frequentemente agravada por vandalismo. Nesta fase, as ONG podem iniciar um procedimento administrativo requerendo à câmara para, ao abrigo do artigo 89.º do RJUE – Regime jurídico da urbanização e da edificação, intimar o proprietário a realizar obras gerais de con-

servação, devendo a câmara substituir-se ao mesmo caso não sejam realizadas no prazo estabelecido, tomando posse administrativa do imóvel (artigo 91.º do RJUE)³.

Caso o procedimento administrativo junto da câmara não resulte, por exemplo, por esta alegar que o imóvel é propriedade do Estado, as ONG têm legitimidade para avançar com uma providência cautelar junto do tribunal com jurisdição sobre a área onde aquele se localiza, apoiando-se em pareceres de técnicos de reconhecida competência.

Numa **segunda fase**, o processo de licenciamento ainda não se iniciou, mas já existe um Pedido de Informação Prévia (PIP), que é vinculativo. Nesta fase, as ONG podem dirigir requerimentos à câmara municipal ou à DGPC pedindo informação sobre o teor do PIP. Com base nesta informação deve ser possível referenciar e avaliar eventuais más práticas, nomeadamente a compatibilidade entre o programa e as características do edifício.

Durante esta fase, quer ao nível da autarquia, da DGPC ou das Direções Regionais da Cultura, pode ser detetado o não cumprimento pelos técnicos dos serviços envolvidos dos planos e regras de salvaguarda estabelecidas. Podem também ser detetadas decisões finais pelas chefias (Vereadores do Urbanismo das autarquias, Diretores de Departamento, Diretores da Direção-Geral ou das Direções Regionais da Cultura, etc.) que contrariam pareceres ou informações elaboradas pelos técnicos em consonância com os ditos planos e regras de salvaguarda.

4 a 5 | Forte de S. António da Barra (Estoril), antes da saída do Instituto de Odivelas (IO).

6 a 9 | Forte de S. António da Barra (Estoril), na actualidade.

No primeiro caso, é necessário referenciar o departamento (câmaras, administração central) ou mesmo, o técnico que produziu a informação ou parecer e agir nos termos previstos no Código do Procedimento Administrativo – Reclamação ou recurso hierárquico, neste último caso, com a interposição de recurso hierárquico para o órgão superior da entidade administrativa.

No segundo caso, a via a seguir é o recurso aos meios jurisdicionais – tutela cautelar e ação popular, com base na falta de fundamentação da decisão tomada pela chefia.

Uma **terceira fase** é aquela em que se vai iniciar ou já se encontra a decorrer um processo de licenciamento. Também nesta fase, a atuação das ONG deve ser o mais possível de caráter preventivo: as ONG presentes nos locais envolvidos devem estar atentas e atuar logo que tenham conhecimento do início do procedimento de licenciamento, quer porque as câmaras municipais são obrigadas



7



8



9

a divulgar no local da intervenção o início do procedimento, quer por qualquer outra via fidedigna. Tal como na fase anterior, podem ser detetadas situações de incumprimento dos planos e regras de salvaguarda estabelecidas, ou de decisões finais arbitrárias, que suscitem reações idênticas às acima descritas.

Nesta fase, uma ou mais associações que tenham no seu estatuto a missão de defesa do PCC, devem requerer atempadamente a participação no procedimento administrativo, ao abrigo do Art.º 52.º da Constituição, da Lei 83/95, da ação popular, e da Lei 107/2001, de bases do património cultural.

Deste modo, as ONG selecionadas constituem-se desde logo como parte interessada no procedimento, designam um ou mais representantes que, antes de se obter o ato final do licenciamento, participam na tramitação e são ouvidos na audiência de interessados. Através da participação no procedimento, as ONG podem veicular as boas práticas defendidas pelo FP'17, e argumentar, se necessário, apoiando-se em pareceres de técnicos de reconhecimento da competência, para desmontar argumentos como de que a manutenção de elementos de valor "não é viável" ou de que o objeto da intervenção "não está classificado". Ao limite, as associações constituídas interessadas podem opor-se a qualquer ilegalidade (desrespeito por legislação ou regulamentação aplicável) detetada no procedimento, podendo, inclusive, em caso de incumprimento reiterado, solicitar, através de procedimento administrativo junto do responsável pelo departamento envolvido, a substituição dos técnicos que produziram

as informações ou pareceres contrários aos planos e regras de salvaguarda estabelecidas. É, no entanto, necessário fundamentar a solicitação com um relatório técnico que analise os projetos em causa, no sentido de concluir pela ilegalidade na atuação e do inerente prejuízo para a defesa do património cultural.

Uma **quarta fase** corresponde à deteção tardia da agressão ao PCC ou ao não acatamento das recomendações ou chamadas de atenção durante a fase de licenciamento. Nesta fase as ONG selecionadas para acompanhar o processo recorrem à providência cautelar, seguida da ação popular, com a vantagem que as associações intervenientes já possuem, nessa altura, um volume significativo de informação para municiar essas diligências.

Para a implementação desta estratégia é necessário que as ONG no terreno disponham de redes de contactos que lhes permitam obter informação fidedigna e atempada, essencial para a deteção precoce de intervenções potencialmente lesivas do PCC.

Constata-se a necessidade de as ONG atuantes disporem, em qualquer das fases de intervenção acima referidas, de um suporte técnico constituído essencialmente pelas seguintes especialidades:

- Engenharia civil/urbanismo
- História da arte
- Arqueologia
- Arquitetura/Arquitetura paisagista.

A fim de apoiar as ONG, e sem prejuízo destas possuírem os seus próprios contactos, o

FP'17 propõe-se disponibilizar, com o apoio de entidades como a comissão portuguesa do ICOMOS, uma bolsa de técnicos de reconhecimento da competência em cada um destes domínios.

Em conclusão, a Lei põe à disposição dos cidadãos e das suas organizações de base várias oportunidades de intervenção, ao longo do desenvolvimento duma operação urbanística em área sensível do ponto de vista patrimonial, que lhes permitem acautelar a compatibilidade dessa operação com a salvaguarda do Património Cultural Construído. Importa que essas oportunidades sejam diligentemente aproveitadas.

** Este texto contou com a colaboração do Dr. José Miguel Sardinha, Mestre em Direito, Ciências Jurídico-Políticas, pela Faculdade de Direito de Lisboa, que exerce a advocacia na área do Direito Administrativo.*

NOTAS

1. Faltam estudos que demonstrem que o contributo real para a economia da política que vem sendo seguida é modesto e insustentável. Está provado que a maioria dos empregos são precários e mal pagos... mas mais graves são os efeitos sociais: matam-se as cidades, ao promover o despejo dos seus habitantes.
2. Designação adotada pelo Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, para os loteamentos urbanos, obras de urbanização e obras particulares.
3. Uma ação preventiva interessante a implementar neste contexto será o estabelecimento de um conjunto de "cláusulas técnicas especiais" que assegurem a salvaguarda do valor patrimonial nas hastas públicas levadas a cabo pelas câmaras aquando do arrendamento, concessão ou alienação de imóveis classificados. Tal desiderato poderá ser conseguido através de um protocolo do FP'17 com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) ou com Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico (APMCH), ou com as duas entidades.



Reforço das construções em terra

A experiência do projeto SRP do Instituto de Conservação Getty

Paulo B. Lourenço | ISISE, Departamento de Engenharia Civil, Universidade do Minho | pbl@civil.uminho.pt

Maria Pia Ciocci | ISISE, Departamento de Engenharia Civil, Universidade do Minho | mariapiaciocci@gmail.com

O Património cultural construído representa um bem valioso tendo em conta a sua importância histórica, cultural e económica. O valor intangível das construções históricas e monumentos inclui a integridade dos seus componentes como um produto único do seu tempo e local. No entanto, as estruturas das construções históricas apresentam, em muitos casos, uma elevada vulnerabilidade sísmica, que se traduz na possibilidade de dano considerável e/ou colapso quando sujeitas a desastres provocados pela Natureza ou pelo Homem.

Face à sua importância, a proteção do Património deve ser assegurada por forma a possibilitar, também, a transferência dos seus valores para as gerações futuras. As medidas, sejam de conservação ou de reforço estrutural, devem respeitar os princípios estabelecidos na moderna abordagem de intervenção do Património cultural. O Projeto de Reforço Sísmico (SRP no original), do Instituto de Conservação Getty, EUA, insere-se neste contexto, com o objetivo de desenvolver uma metodologia para a avaliação e mitigação do risco sísmico que, suportada em quatro casos de estudo representativos do Peru, possa ser aplicada a construções existentes em terra na América Latina e nos países em desenvolvimento no resto do mundo.

A proteção das construções do Património cultural

As construções antigas e monumentos são particularmente vulneráveis à ação dos sismos devido, principalmente, à utilização de materiais frágeis e à inexistência de ligações adequadas entre os vários elementos estruturais. Esta vulnerabilidade é habitualmente ampliada pela falta de manutenção e pela aplicação de medidas de conservação e de reforço inadequadas.

É bem conhecido que a proteção de construções pertencentes ao património cultural requer uma abordagem multidisciplinar para lidar com a sua especificidade, através um conjunto de fases semelhantes às que são utilizadas na medicina:

- Análise da informação histórica (anamnese);
- Identificação de causas para o dano e degradação existentes (diagnóstico);
- Seleção das técnicas de intervenção (terapia);
- Verificação da eficácia das intervenções (controlo).

Neste cenário, a avaliação de segurança estrutural é uma etapa essencial para definir, e também verificar, a necessidade e a extensão das medidas de intervenção. Esta avaliação é condicionada por inúmeras incertezas, rela-

cionadas com a geometria e constituição da estrutura, as propriedades dos materiais existentes, os métodos de análise estrutural utilizados, entre outros fatores. Adicionalmente, os regulamentos utilizados em construções novas, por exemplo em termos de estados limite de serviço e último, podem não ser precisos, nem fiáveis quando aplicados sobre as estruturas históricas. Desta forma, a experiência e qualificação dos profissionais envolvidos são requisitos essenciais e indispensáveis.

Fixados os limites de segurança adequados, cada intervenção de conservação e reforço estrutural (“tradicional” ou “inovadora”) deve ser estabelecida caso a caso. A intervenção deve ser mínima, de forma a que garanta o menor dano possível e respeite o valor histórico e cultural da construção. De facto, a abordagem moderna de intervenção no património cultural recomenda uma atuação cuidada que garanta os princípios de autenticidade, reduzida invasividade, reversibilidade, compatibilidade, durabilidade e segurança. Desta forma, a solução final deve resultar de um processo iterativo que otimiza estes parâmetros.

“

A especificidade das estruturas do Património, com a sua história complexa, requer a organização de estudos em fases semelhantes às que são utilizadas em medicina: anamnese, diagnóstico, terapia e controlo.

”

Projeto de Reforço Sísmico (SRP)

No domínio da defesa do património cultural construído em terra encontra-se em curso o Projeto de Reforço Sísmico (SRP no original), que pretende investigar o comportamento estrutural das construções existentes em terra e mitigar a sua vulnerabilidade sísmica, utilizando uma combinação de técnicas e materiais de construção tradicionais com uma metodologia que incorpora tecnologia avançada.

O Peru foi selecionado como o país ideal para realizar este projeto, tendo em conta a grande riqueza e diversidade de edifícios construídos em terra (com exemplos que datam de há 4000 anos). Devido à sua vulnerabilidade, bem como ao elevado grau de perigosidade sísmica do Peru, estas estruturas correm o risco de serem irremediavelmente perdidas, como demonstrado após os eventos sísmicos do passado. Por exemplo, na área de Pisco (Peru), no terramoto de 2007 com uma magnitude próxima de 8.0, cerca de 80%

dos edifícios em terra foram danificados e destruídos. As razões apontadas como mais importantes para a ocorrência deste desastre estão relacionadas com a qualidade de construção inadequada e ausência de técnicas de reforço e manutenção apropriadas. No projeto SRP, foram selecionados quatro edifícios representativos do patrimônio cultural construído que integram em si diferentes valores históricos, sociais e arquitetônicos (figs. 1-4):

- Catedral de Ica (Ica, século XVIII);
- Igreja de Kuño Tambo (Acomayo, século XVII);
- Hotel do Comércio (Lima, século XIX);
- Casa Arones (Cusco, século XVII).

Atividade realizada e em curso

A definição da geometria e morfologia dos elementos estruturais, juntamente com a análise histórica, representaram os primeiros passos para o conhecimento dos edifícios considerados. Dada a dificuldade em entender corretamente a sua complexidade, os métodos de investigação tradicionais foram integrados com tecnologias avançadas. Como exemplo, refere-se o recurso a fotogrametria aplicada aos frescos antigos da Igreja de Kuño Tambo ou a termografia usada para investigar estruturas invisíveis da Catedral de Ica e do Hotel do Comércio. Foi possível obter conhecimento detalhado e fiável para as quatro estruturas, considerando a sua conceção, as técnicas construtivas usadas, os processos de degradação e dano, as alterações e reparações e, finalmente, o estado atual.



2



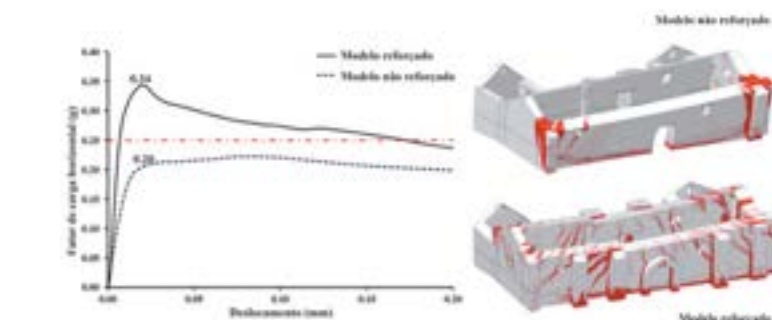
3



4



5



6



7



8



9

- 2 | Igreja de Kuño Tambo.
© Instituto de Conservação Getty
- 3 | Hotel do Comércio.
© Instituto de Conservação Getty
- 4 | Casa Arones.
© Instituto de Conservação Getty
- 5 | Estudo experimental de possíveis sistemas de reforço.
© Universidade Católica do Peru
- 6 | Capacidade sísmica e mecanismos de colapso obtidos para o modelo numérico (não reforçado e reforçado) da Igreja de Kuño Tambo.
- 7 | Implementação das medidas de conservação e reforço na Igreja de Kuño Tambo.
© Instituto de Conservação Getty
- 8 | Implementação das medidas de conservação e reforço na Igreja de Kuño Tambo.
© Instituto de Conservação Getty
- 9 | Implementação das medidas de conservação e reforço na Igreja de Kuño Tambo.
© Arquiteto Juan Carlos Menendez Acurio

medidas como a introdução de tirantes e de vigas-cintas em madeira, ou a construção de contrafortes em terra, em qualquer dos casos, convenientemente ligados à estrutura original. As simulações numéricas, que incluem estas intervenções, permitiram concluir que as intervenções se traduzem num aumento significativo da capacidade sísmica das construções e numa quase eliminação dos mecanismos locais para fora do plano, permitindo uma melhor distribuição de esforços e um comportamento mais dúctil e integral do edifício (fig. 6).

Atualmente, encontra-se em curso a implementação das medidas de conservação e reforço na Igreja de Kuño Tambo (figs. 7-9). A intervenção a realizar na Catedral de Ica está planeada arrancar em 2018. O projeto SRP, que já obteve amplo consenso junto de uma comissão de revisores com reputados especialistas internacionais, prevê também a publicação de recomendações e organização de workshops de divulgação e partilha de valiosas informações obtidas, quer a profissionais, quer à comunidade científica em geral. Foram já realizados dois seminários para partilha de conhecimento e visita ao local que incluíram cerca de 100 profissionais peruanos (engenheiros, arquitetos, arqueólogos, conservadores e encarregados de obra) ■

Foram realizados mais de 300 ensaios nos laboratórios da Universidade Católica do Perú para os quatro casos de estudo, tendo em vista caracterizar as propriedades dos materiais, as ligações entre os elementos estruturais e os possíveis sistemas de reforço (fig. 5). Adicionalmente, ensaios *in situ* e não-destrutivos, nomeadamente ensaios sónicos e de identificação dinâmica, foram efetuados pela Universidade do Minho.

Para a análise estrutural dos edifícios foram desenvolvidos modelos computacionais avançados e complexos, praticamente únicos em

estruturas de terra, dado o nível de sofisticação e detalhe considerados. Trata-se de modelos numéricos de elementos finitos baseados em modelos de comportamento homogêneos. Foram realizadas análises estáticas e dinâmicas não-lineares para prever o nível de segurança atual dos edifícios, definindo a capacidade sísmica e os possíveis mecanismos de colapso.

Para as estruturas cujo nível de segurança foi considerado inadequado, como a Catedral de Ica e a Igreja de Kuño Tambo, foram desenvolvidos projetos de intervenção, que incluem



Tratamento face à humidade de pavimentos e paredes em contacto com o terreno

1

Mosteiro no norte de Portugal

Vasco Peixoto de Freitas | Engenheiro Civil, Professor Engenheiro Vasco Peixoto de Freitas, Lda. | mail@vpfreitas.com

Pedro Filipe Gonçalves | Engenheiro Civil, Professor Engenheiro Vasco Peixoto de Freitas, Lda. | pedro.goncalves@vpfreitas.com

Isabel Sereno | Arquitecta, Direção de Serviços dos Bens Culturais da Direção Regional de Cultura do Norte | isereno@culturanoorte.gov.pt

A intervenção no património edificado histórico é fundamental para a sua preservação mas apresenta especificidades e exige um cuidado particular na conceção das soluções a adotar.

É imperiosa a elaboração de projetos onde se especifiquem e pormenorizem os trabalhos a executar, o que exige técnicos com qualificação e experiência neste tipo de construção.

O profundo conhecimento das técnicas construtivas e a realização de um correto diagnóstico são a chave para a escolha de uma correta estratégia de intervenção, mas é também fundamental o acompanhamento dos trabalhos pela equipa projetista, de forma a dar resposta às situações particulares que inevitavelmente ocorrem durante a execução da obra.

Neste artigo apresenta-se a metodologia proposta para o tratamento dos problemas de humidade em paredes e pavimentos em contacto com o terreno de uma parte de um mosteiro no norte de Portugal.

O edifício

O mosteiro (figs. 1 e 2) fica situado na região Norte e integra a Rota do Românico do Vale do Sousa. Foi classificado como Monumento Nacional por Decreto de 16 de junho de 1910 e está atualmente afeto à Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN). A par com a atual utilização do edifício como espaço cultural, na igreja continuam a ser realizadas cerimónias religiosas.

Trata-se de uma construção isolada, implantada num vale, sendo a área envolvente ocupada predominantemente por terrenos agrícolas ou arborizados e por construções dispersas. Do conjunto monástico subsistem atualmente a igreja, o corpo da sacristia, a ala norte do claustro e a ala oeste do mosteiro.

O edifício recebeu diversas obras de recuperação e beneficiação desde meados do século XX, primeiro sob a orientação da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), e depois, a partir de 1992, do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico,

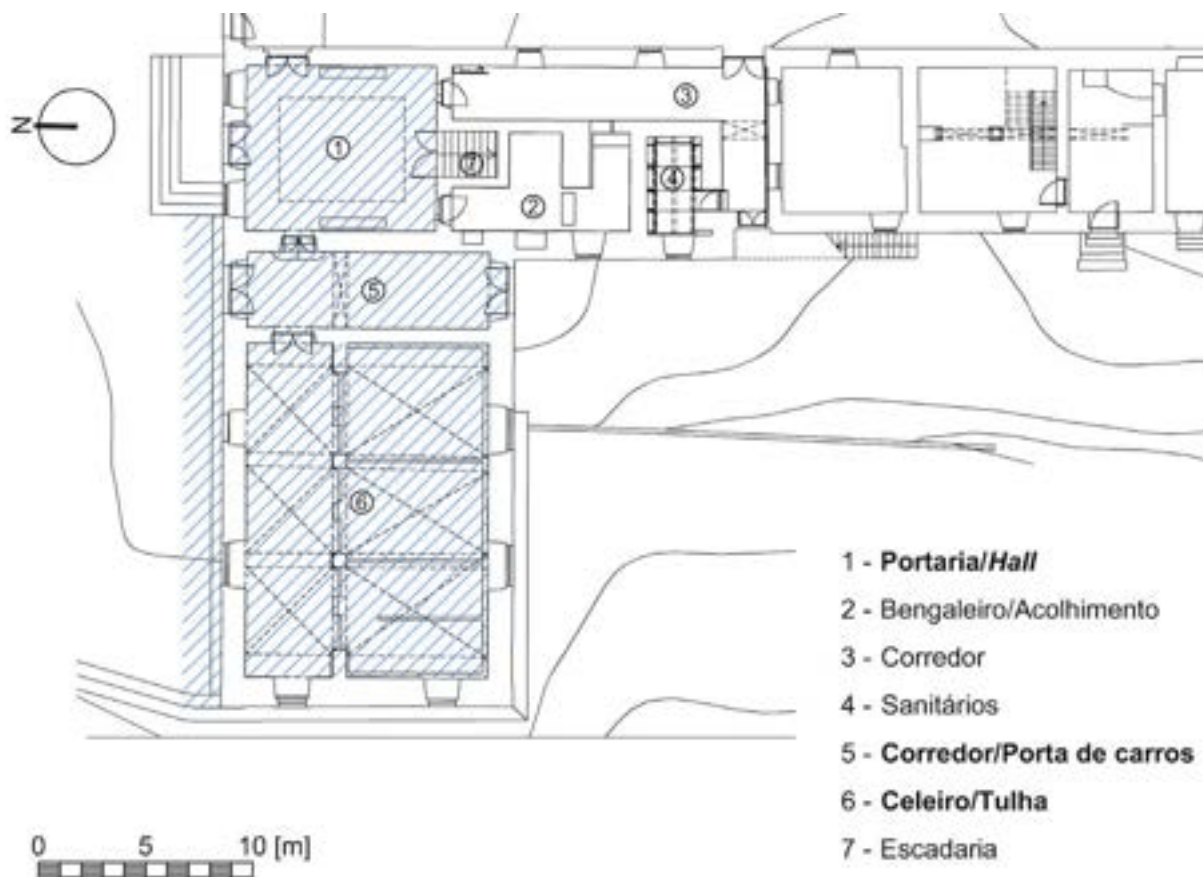
do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) e do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P. (IGESPAR). Uma intervenção “recente” (adjudicada em 2008) tinha incluído trabalhos de remodelação na ala oeste do mosteiro.

No âmbito do projeto a que se refere o presente artigo apenas estava contemplada a intervenção em três espaços do piso térreo da ala oeste do mosteiro (portaria/hall, corredor/porta de carros e celeiro/tulha) e também em parte do alçado norte (fig. 3).

As paredes do edifício são de alvenaria de granito. No piso térreo da ala oeste a espessura das paredes exteriores está compreendida entre cerca de 0,85 m e 1,35 m. A cota dos pavimentos interiores é sempre igual ou superior à do exterior. No extremo poente do edifício (alçado oeste e parte do alçado sul) as paredes de fachada foram executadas sobre um maciço de cantaria, cuja espessura decresce da base até ao nível do r/c, e que tem continuidade no muro do adro do mosteiro.

1 e 2 | Igreja e alçado principal (norte) do mosteiro.





3

A generalidade das paredes da ala oeste do mosteiro encontra-se rebocada e pintada pelo exterior. Existem também elementos de cantaria de pedra nas fachadas: embasamento, cornija, molduras e frontões dos vãos exteriores, pilastras, varandins, etc.

No interior do edifício as alvenarias estão rebocadas e pintadas, ou apenas pintadas. Numa das paredes da portaria/hall existe um lambrim de azulejos.

A generalidade dos pavimentos interiores da ala oeste do mosteiro são de lajeado de granito, com diferentes dimensões e estereotomia. Os degraus da escadaria de acesso da portaria/hall ao 1.º andar são também de granito. Em alguns compartimentos (por exemplo, no corredor/porta de carros) os pavimentos foram total ou parcialmente revestidos com painéis compósitos de partículas de madeira e cimento.

- 3 | Área de intervenção (planta parcial do piso térreo do mosteiro).
- 4 | Lajeado de granito do pavimento térreo da portaria/hall.
- 5 | Manchas e degradação da pintura das paredes do corredor/porta de carros.
- 6 | Degradação dos rebocos das paredes do celeiro/tulha, que apresentavam lacunas junto ao pavimento.



4

No celeiro/tulha existem dois tipos de pavimento: pavimento térreo constituído por um lajeado de pedra; e pavimento elevado, com uma cota superior em cerca de 0,5 m à das áreas com lajeado, cuja estrutura é constituída por abóbadas de tijolo e que estava revestido com elementos cerâmicos.

Os problemas

Os principais problemas que existiam no interior da ala oeste do mosteiro eram a humedificação generalizada do lajeado de pedra dos pavimentos térreos (fig. 4), a humedificação e acumulação de sais em peças de cantaria, nomeadamente no contorno dos vãos e nos degraus das escadas, e as manchas, degradação da pintura (fig. 5) e/ou dessolidarização pontual do reboco interior (soava a oco quando percutido e/ou encontrava-se saliente relativamente à restante superfície rebocada) das paredes interiores e exteriores de alvenaria de pedra.

O celeiro/tulha, ao contrário dos restantes espaços em estudo, não tinha sido intervenção “recentemente” e encontrava-se, por isso, em pior estado de conservação (fig. 6). Naquele local existia uma degradação generalizada dos rebocos de paredes e tetos, que apresentavam lacunas em diversas zonas, manchas em paredes e escorrências sob os vãos exteriores e manchas no pavimento de lajeado de pedra.

O projeto

A intervenção que se pretendia executar na ala oeste do mosteiro tinha como objetivo fundamental solucionar os problemas associados à humidade que existiam nas paredes e pavimentos dos espaços do piso térreo.

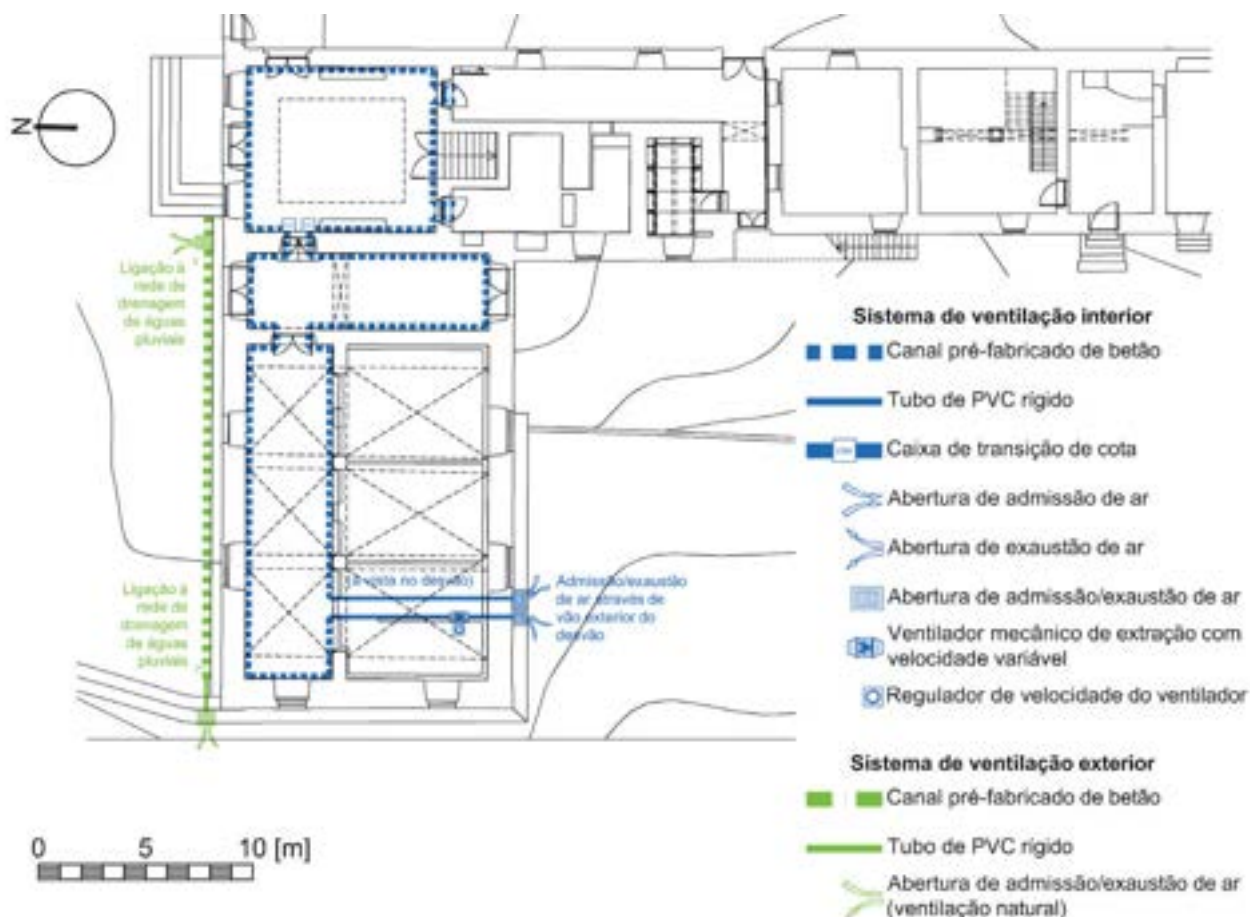
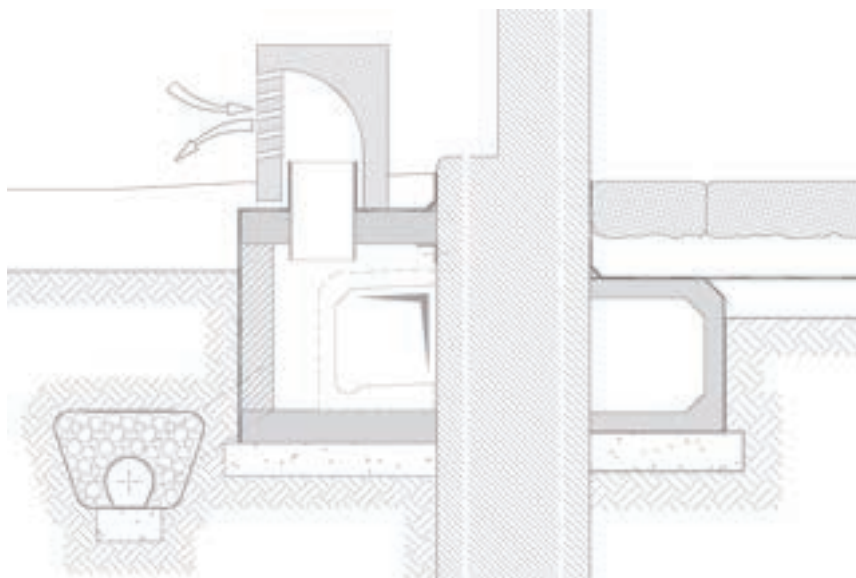
Tendo por base as visitas realizadas ao edifício e a análise da informação obtida sobre as soluções construtivas existentes e as intervenções executadas anteriormente, identificaram-se como principais causas dos problemas observados: a humedificação das paredes por ascensão capilar, a inexistência de uma barreira hídrica sob os pavimentos em contacto com o terreno e a ausência de uma rede de drenagem de águas freáticas e superficiais em todo o perímetro exterior do edifício.



O tratamento dos problemas associados à humidade ascensional de elementos em contacto com o terreno é complexo e exige uma intervenção significativa e abrangente. No caso particular do mosteiro em estudo a intervenção estava condicionada por restrições financeiras, que apenas permitiram o tratamento de alguns espaços, e pelo desejo de não se alterar, na medida do possível, as soluções que tinham sido implementadas na anterior empreitada de remodelação.

Assim, no projeto de drenagem de águas freáticas e impermeabilização dos pavimentos da ala oeste do mosteiro foram especificados e pormenorizados (fig. 7) os seguintes trabalhos:

1. A execução de uma rede de drenagem de águas pluviais em parte do alçado norte, que inclui um dreno freático de PVC corrugado perfurado, uma caixa de areia com grelha



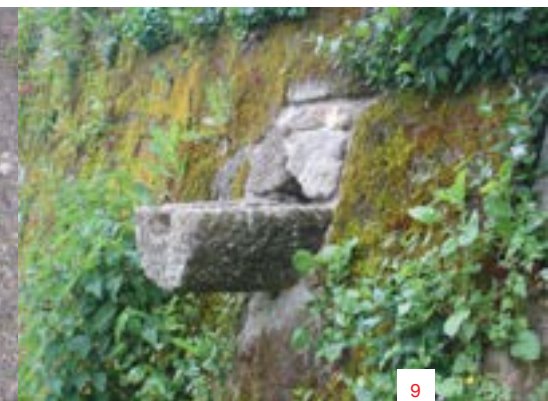
7 | Traçado dos sistemas de ventilação da base das paredes e pormenores construtivos das soluções-tipo do Projeto de Execução (corte pela fachada norte da ala oeste do mosteiro).

8 | Celeiro/tulha após a conclusão dos trabalhos.

9 | Abertura de admissão/exaustão de ar do sistema de ventilação exterior da base das paredes, grelha de recolha de águas pluviais superficiais e gárgula de cantaria.



8



9

superior em granito para recolha de águas superficiais e uma gárgula de cantaria de granito no muro de suporte que delimita a poente o adro do mosteiro;

2. A instalação de um sistema de ventilação exterior da base das paredes em parte do alçado norte, constituído por um canal de betão enterrado, posicionado junto à face exterior das paredes, e por duas aberturas verticais de admissão/exaustão de ar que asseguram a circulação de ar por ventilação natural;

3. A instalação de um sistema de ventilação interior da base das paredes no celeiro/tulha, no corredor/porta de carros e na portaria/hall, que é constituído por um canal de betão, colocado sob o pavimento, encostado à face interior das paredes, por tubos de PVC rígido e por um ventilador mecânico com programador, que assegura a circulação de ar no interior do sistema;

4. A aplicação de impermeabilização/barreira para-vapor (feltro betuminoso) sob os lajeados de granito dos pavimentos térreos.

Durante a execução dos trabalhos, após a remoção dos lajeados de pedra existentes e da realização da escavação necessária à implementação das novas infraestruturas enterradas, identificaram-se diversas situações particulares em que a configuração dos elementos construtivos existentes não correspondia integralmente à previamente considerada com base na informação disponível (por exemplo, no que se refere à fundação das paredes de alvenaria). Foram também encontradas infraestruturas que não estavam cadastradas e alguns elementos com valor arqueológico (situação habitual nas intervenções em edifícios históricos) que implicaram o ajuste das soluções previstas no Projeto de Execução.

As visitas dos projetistas à obra foram por isso fundamentais para a execução dos trabalhos, assegurando o esclarecimento de dúvidas relativas às soluções que se pretendia implementar e adaptando essas soluções aos condicionalismos encontrados (figs. 8 e 9) ■

BIBLIOGRAFIA

- Direção-Geral do Património Cultural – Património Imóvel *In Património Cultural*. [Acessível: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/>].
- FREITAS, Vasco Peixoto de; GONÇALVES, Pedro Filipe – *Projeto de drenagem de águas freáticas e impermeabilização dos pavimentos da Ala Oeste do Mosteiro...* Porto, Prof. Eng. Vasco Peixoto de Freitas, Lda., 2013. (Relatório HT 418PE2/13).
- FREITAS, Vasco Peixoto de; TORRES, Maria Isabel; GUIMARÃES, Ana Sofia – *Humidade Ascensional*. Porto, FEUP Edições, 2008.
- VALSOUZA – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO SOUSA – Rota do Românico. [Acessível: <http://www.rotadoromano.com/>].

Projecto de reabilitação e valorização do conjunto arquitectónico da Igreja de São Bento do Mato, Azaruja

Luís Ferro | Estúdio Quimera. Arquitectura

Ana Cristina Pais, Ângela Barrigó e Rafael Alfenim | Direção Regional de Cultura do Alentejo

Jorge de Oliveira | CHAIA/UE

Eduardo Pereira da Silva | Arquidiocese de Évora

No princípio do solevamento da Serra d'Ossa, junto à linha de contorno da massa de relevo que separa as bacias hidrográficas do Rio Tejo e do Rio Guadiana, repousa a Igreja de São Bento do Mato e o Cemitério da Azaruja. Actualmente, este conjunto encontra-se emoldurado por duas estradas (A6 e EN18) que vieram desordenar a organização espacial do lugar (entropia), acentuando o isolamento, o corte com a paisagem envolvente e, consequentemente, a igreja foi sendo progressivamente pilhada e esvaziada do seu espólio artístico.



O lugar de São Bento do Mato guarda sinais de humanização muito antigos, que recuam até à Pré-História recente, como é testemunhado pelas várias estruturas total ou parcialmente integradas no corpo da igreja: os esteios e a laje de uma anta na parede exterior da ábside (Oliveira *et al.*, 1997) e uma cuba de pequenas dimensões na frente Norte, interiormente reconvertida ao espaço de baptistério e, exteriormente, em ponto de apoio das escadas que conduzem ao sino (Borges, 1985; Ferro, 2015).

Embora o aproveitamento e reutilização de espaços, formas e matérias seja um fenómeno de assimilação vulgar no Sul de Portugal, neste caso, importa destacar a continuação da função funerária, hoje reforçada com a presença do Cemitério da Azaruja. Neste caso, a construção e renovação cíclica de edifícios com a mesma função no mesmo lugar, aproxima-se mais de um processo de convergência evolutiva, produto da perpetuação da memória colectiva ancorada no lugar de São Bento do Mato e nas suas construções.

No quadro de herança latino-romana em que nos encontramos e que separa radicalmente o espaço dos vivos do espaço dos mortos, salientamos a singular presença de espaços habitacionais na face sul da igreja.



1 | Vista da Igreja de São Bento do Mato a partir do Cemitério da Azaruja.

Descrição do conjunto edificado de São Bento do Mato

Embora a singularidade do edifício resida no somatório de construções, a análise do seu todo arquitectónico não dispensa a descrição de cada uma das suas partes seguindo uma evolução cronológica.

1. Anta megalítica

Possível data de construção: entre 4000 a.C. e 3000 a.C.

Construídas em duas fases de construção distintas, estas casas estreitam a ligação entre as duas realidades opostas.

A 18 de Julho de 1957, tendo em conta a qualidade do património em presença, a Igreja de São Bento do Mato foi classificada como Imóvel de Interesse Público, ficando sob a tutela da Direcção-Geral do Património Cultural (DGCP). Em 2015, de modo a contrariar o abandono e a lenta destruição deste conjunto arquitectónico, foi elaborado um acordo de colaboração entre a Arquidiocese de Évora, a Junta de Freguesia de Azaruja, a Direcção Regional de Cultura do Alentejo e o arquitecto Luís Ferro, no sentido de promover e implementar um programa de intervenção, conservação e valorização, visando a reposição de condições mínimas de utilização, visita e fruição pública do monumento.

A bibliografia de referência refere que *o monumento dolménico é bem conhecido, visto que parte da traseira da capela-mor da igreja paroquial foi construída sobre a cabeceira do dólmen* (Viana e Deus, 1957). Mais recentemente, Jorge de Oliveira, Carmen Balesteros e Panagiotis Sarantopoulos, em livro dedicado aos monumentos megalíticos a que se associaram templos cristãos no território nacional, acrescentam novos dados resultantes da sua própria observação das evidências subsistentes e publicando uma planta na qual é possível perceber a relação existente entre a construção da igreja e o dólmen. Neste trabalho surge, como novidade, a referência ao longo corredor que, a nascente, antecedia a câmara funerária e ao povoado pré-histórico, com vestígios de

fortificação que, a seu parecer, pelos materiais de superfície encontrados, parece ser contemporâneo do dólmen. É ainda referida a existência de vestígios de época romana que, juntamente com uma parte do povoado pré-histórico, terão sido completamente destruídos com a construção da auto-estrada (A6) que passa nas imediações (Oliveira *et al*, 1997).

2. Cuba

Data de construção incerta

O pequeno volume cupulado, localizado na frente norte da igreja, inscreve-se na tipologia arquitectónica comumente denominada por cuba (substantivo que identifica os módulos construtivos cuja matriz geométrica consiste na justaposição de uma cúpula sobre um cubo, independentemente da(s) função(ões) e localização que apresentem). Embora estas construções reúnam alguma controvérsia e a(s) sua(s) função(ões) esteja(m) ainda em debate, a presença de cubas no interior de cemitérios e antigas necrópoles (p.e. São Bartolomeu de Messines, São Brissos, Portel e Viana do Alentejo) revelam uma clara ligação ao culto funerário (Ferro, 2015).

Actualmente, a estrutura desta construção está bastante fragilizada pela introdução de uma escada de alvenaria de tijolo que conduz



ao sino da igreja. O espaço interior foi bastante alterado para funcionar como baptistério, tendo, actualmente, pavimento em lajes de granito e foi já despojado da pia; no sítio onde esta assentava parece existir uma mó, redonda, que lhe pode ter servido de fundação.

3. Igreja

Possível data de construção:
século XVI d.C.

A igreja surge como o terceiro templo a cultivar o lugar de São Bento do Mato. Ao contrário das construções anteriores, esta agrega e reaproveita os espaços, formas e matérias dos templos antigos pré-existentes. De uma só nave, com altar destacado por arco triunfal que o antecede, tem o pavimento a uma cota superior, a que se acede por dois degraus em granito. O pavimento desta área é composto por grandes placas rectangulares de xisto e, junto à mesa do altar, em mármore rosa e branco, no que parece ser um arranjo relativamente recente. Centrado com o eixo longitudinal da igreja, em frente à mesa do altar, jaz uma pedra sepulcral em mármore branco, armoriada, assinalando a sepultura do *instituidor do Morgadio das Bruceiras, herdade onde se situa a igreja, Dr. Álvaro Cardoso e alguns antepassados do famoso general das guerras da Restauração, D. Dinis de Melo e Castro,*

1.º Conde das Galveias (Espanca, 1966). Do altar, por porta localizada a norte, acede-se à sacristia e uma sala anexa, ambas com pavimento em tijolo cerâmico maciço.

Merece destaque o espaço da nave pelas suas dimensões: tem 14,50 metros de profundidade por 7,00 metros de largura, sendo invulgarmente grande para uma igreja rural, o que testemunha a necessidade de acolher uma volumosa comunidade de fiéis. O pavimento da nave apresenta-se subdividido em rectângulos, correspondentes a sepulturas, delimitados por guias em granito e revestidos a cimento Portland, ainda que, em pontos onde esta foi levantada, seja visível que foi aplicada sobre anterior pavimento em tijolo cerâmico maciço com duas excepções situadas junto às paredes laterais da nave. Nestes dois casos, a cobertura que ostenta os números é em laje de granito.

4. Núcleo habitacional

Data de construção incerta

No decurso do século XX foram erguidas habitações na frente sul da igreja, que se julga terem pertencido a trabalhadores das herdades adjacentes. A adição destas construções foi feita em duas fases de construção, temporalmente separadas e identificáveis por uma

2 | Vista das habitações na frente Sul da Igreja de São Bento do Mato.

3 | Vista dos esteiros da anta megalítica integrada na ábside da Igreja de São Bento do Mato.

disrupção no alçado exterior e pelos materiais de construção empregues no espaço interior.

O espaço interior foi modulado métrica e espacialmente pelos contrafortes da igreja, originando dez espaços habitáveis desenvolvidos em dois pisos.

Actualmente estas divisões estão em avançado estado de destruição, tendo, inclusive, uma laje desabado. Todavia, a estrutura e as lareiras de tijolo mantêm-se.

Proposta de intervenção

A intervenção proposta objectiva a reutilização e adaptação do espaço da igreja a Capela Mortuária e os espaços habitacionais a turismo rural, nomeadamente, a casas de peregrinos da rota de Santiago de Compostela.

O projecto de conservação e restauro parte de um levantamento rigoroso e exaustivo ao edifício (estrutura, materiais e elementos de madeira, pintura mural e trabalhos em massa, azulejaria e pedra) e visa restabelecer a integridade física, histórica e estética do património da Igreja de São Bento do Mato, devolvendo aos diferentes conjuntos artísticos a sua legibilidade, respeitando a sua integridade original, no contexto religioso sem contudo procurar eliminar os testemunhos da passagem do tempo ou alterar os seus materiais originais (Conceito de Autenticidade).

Toda a área da Igreja de S. Bento do Mato e da sua envolvente é considerada de elevadíssima sensibilidade arqueológica, com uma sequência cronostratigráfica que abrange, certamente com interrupções, uma diacronia de cerca de seis milénios. Assim, é fundamental a definição dos trabalhos arqueológicos que devem anteceder e acompanhar a obra de conservação e restauro do monumento.

A metodologia a adotar pretende estabilizar os materiais componentes das peças e estagnar a sua alteração e degradação. Os materiais escolhidos para os tratamentos a efectuar devem seguir os critérios da intervenção mínima, ou seja, estabilidade, compatibilidade e reversibilidade, tanto quanto possível.

A 20 de Fevereiro de 2017, de modo a impedir o acesso ao interior da igreja, foi construída uma nova porta de ferro na frente norte, que bloqueia a entrada mas é permeável à vista de eventuais turistas que desejem ver e conhecer o espaço interior da igreja.

Conclusão

Em suma, para além da singularidade e qualidade histórica e cultural da Igreja de São Bento do Mato, importa destacar que o presente projecto partiu da preocupação de um conjunto de entidades do sector administrativo, cultural e religioso que uniram saberes, recursos e experiência para combater o abandono e a destruição de uma parte ínfima do património que herdou ■

* Artigo redigido ao abrigo do antigo acordo ortográfico.



BIBLIOGRAFIA

BORGES, Artur Goulart. "As «Kubbas» Alentejanas: Monumentos de Origem ou Influência Muçulmana no Distrito de Évora", in *Actas do Congresso sobre o Alentejo Semeando Novos Rumos*, Associação dos Municípios do Distrito de Beja, Beja, 1985, p. 198-204.

ESPANCA, Túlio. *Inventário Artístico de Portugal, Concelho de Évora*. Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1966.

FERRO, Luís. "Uma Paisagem Sagrada: as cubas da «kûra» de Beja", in *Revista Leituras Paisagísticas: teoria e prática*, número 6, Grupo de Pesquisa História do Paisagismo da Escola de Belas Artes da Universidade

Federal do Rio de Janeiro. Editora Rio Books, Rio de Janeiro, 2015.

OLIVEIRA, Jorge de; SARANTOPOULOS, Panagiotis e BALESTEROS, Carmen. *Antas-Capelas e Capelas Junto a Antas no Território Português*. Edições Colibri, Lisboa, 1997.

VIANA, Abel e DEUS, António Dias de. *Mais Alguns Dólmens da Região de Elvas (Portugal)*, Actas do IV Congresso Arqueológico Nacional. Saragoça, 1957.

A reabilitação da Casa da Boavista, Porto

Joana Leandro Vasconcelos | Atelier in.vitro | www.atelierinvitro.com | jlv@atelierinvitro.com

Tiago Ilharco | NCREP – Consultoria em Reabilitação do Edificado e Património | www.ncrep.pt | tiago.ilharco@ncrep.pt

O Atelier in.vitro foi responsável pelo projecto de arquitectura no âmbito da reabilitação da Casa da Boavista, edifício de habitação unifamiliar do início do século XX localizado na cidade do Porto. O edifício, de quatro pisos, encontrava-se em bom estado de conservação e possuía características construtivas e arquitectónicas que importava preservar.

Nesse sentido, as opções arquitectónicas tiveram como base o respeito e a valorização das pré-existências, com as consequentes mais-valias em termos patrimoniais e financeiros. A manutenção da grande maioria dos elementos construtivos, tanto de carácter estrutural como de revestimento, para além de resultar na significativa valorização do edifício em termos patrimoniais e arquitectónicos, permitiu concretizar uma intervenção de reabilitação com custos e tempos de intervenção consideravelmente mais reduzidos.

Com esse objectivo, o projecto de arquitectura teve como base um trabalho prévio de inspecção e diagnóstico estrutural realizado pelo NCREP, gabinete também responsável pelos projectos de especialidades de engenharia do edifício.

Em consequência da reabilitação realizada, com particular atenção às pré-existências, o Atelier in.vitro foi distinguido com o Prémio João de Almada 2017, promovido pela Câmara Municipal do Porto, na categoria Residencial.

Sinopse histórica e caracterização construtiva

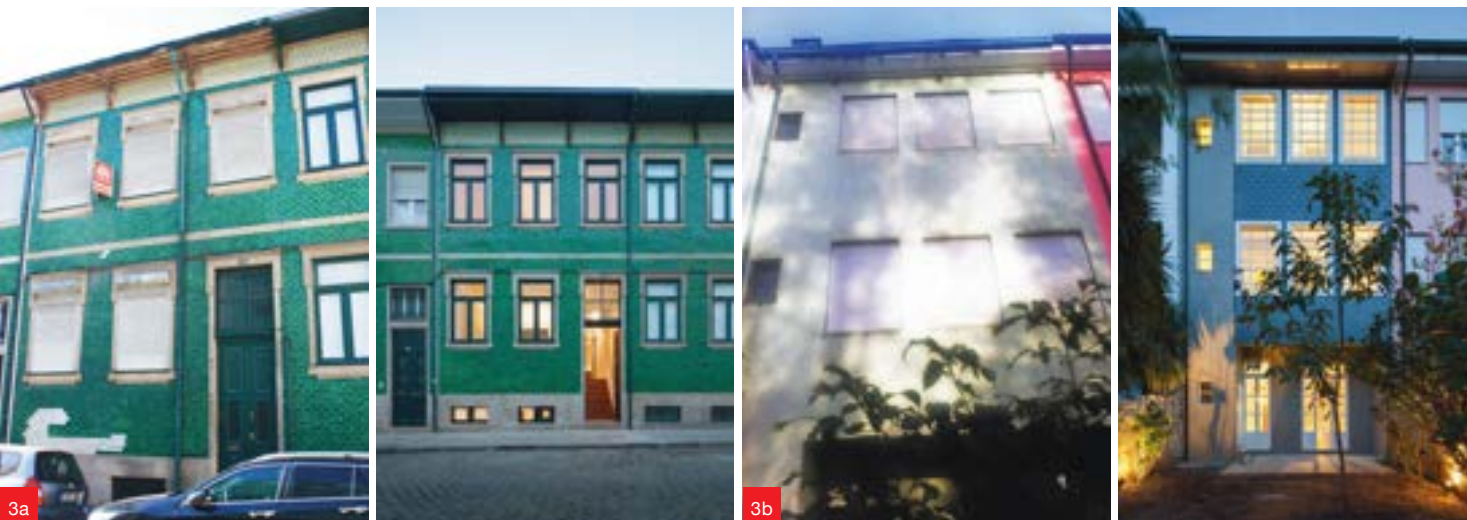
A Casa da Boavista foi construída em 1915 por José Marques Pinto, na “Rua Particular que vai da Avenida da Boavista à Travessa de António Patrício”, integrando um conjunto de cinco casas iguais. À semelhança da grande maioria das construções da época, foi construída num lote estreito e comprido, com quatro pisos, duas frentes e jardim nas

traseiras. No piso inferior, com acesso ao jardim, situam-se a cozinha, sala de jantar e zona técnica; no piso 0, correspondente à entrada principal, situam-se duas salas de estar; no piso 1 situam-se os quartos e no piso 2, correspondente ao sótão, existem três compartimentos mais técnicos. Na fachada posterior, como era habitual, encontram-se as instalações sanitárias, embora no piso dos quartos existisse uma outra instalação sanitária com banheira e lavatório.

1 | Peças desenhadas do projecto de arquitectura original (Arquivo Histórico Municipal do Porto).

2 | Peças desenhadas do projecto de arquitectura da intervenção de reabilitação (Atelier in.vitro).





A pesquisa realizada no Arquivo Histórico Municipal do Porto permitiu complementar alguma da informação recolhida na fase de inspecção e diagnóstico estrutural do edifício, em particular no que diz respeito às soluções construtivas e aos materiais utilizados na construção. “As paredes e respectivas fundações são em alvenaria de pedra com argamassa de saibro e cal, sendo asfaltadas para incrementar a sua impermeabilização. Nas cantarias dos vãos foi usado granito lavrado, sendo as guardas das janelas em ferro forjado.” A memória descritiva denotava ainda um conjunto de cuidados no que diz respeito a sistemas construtivos, como são exemplo a caixa-de-ar existente no piso -1, na zona de pavimento em madeira, “com 0,70 m de altura e os ventiladores necessários”, e a chaminé em tijolo maciço “afastada das madeiras de pelo menos 0,20 m”. Verificaram-se, ainda assim, algumas diferenças entre o projecto e o construído, nomeadamente a configuração de alguns compartimentos e o tipo de madeira utilizada na construção. Segundo a memória, as madeiras a utilizar seriam o pinho e o castanho. No entanto, os elementos em madeira da casa, nomeadamente vigamento, soalho e carpintarias, são em madeira de pinho, nacional (*Pinus Pinaster*) ou nórdico (*Pinus Sylvestris*).

Nos anos 40 do século XX, o edifício sofreu uma intervenção na fachada posterior, tendo sido demolida a parede de tabique que materializava a fachada, provavelmente revestida a soletos de ardósia ou a chapa ondulada, e construída uma nova parede em alvenaria de tijolo rebocada. Esta alteração foi acompanhada pela substituição do pavimento em madeira da varanda fechada por um pavimento em betão armado revestido a marmorite. Esta terá

sido a única alteração de maior dimensão nos elementos construtivos da casa.

O edifício foi adquirido em 2014, tendo sido até essa data utilizado de forma contínua e, acima de tudo, mantido e conservado cuidadosamente. Apenas esse facto permitiu que, à data do projecto, o edifício se encontrasse em bom estado de conservação, possuindo a maioria das características construtivas e arquitectónicas originais. Nesse sentido, e como se referirá no ponto seguinte, o carácter de restauro foi levado ao limite, optando-se pela preservação dos vários elementos construtivos da casa.

Inspecção e diagnóstico estrutural

Previamente à elaboração dos projectos de arquitectura e de estabilidade, foi realizada uma inspecção e diagnóstico estrutural do edifício, com o objectivo de avaliar o estado de conservação e a necessidade de intervenção estrutural.

Para além de uma inspecção visual, foi realizada uma campanha de ensaios *in situ* não destrutivos e sondagens. Esta campanha procurou não danificar os elementos construtivos, tendo-se recorrido em particular à acção conjunta de dois instrumentos de ensaio não destrutivo para analisar as vigas de madeira dos pavimentos: o detector de metais e o resistógrafo. O primeiro para identificar os alinhamentos das vigas e o segundo para analisar a integridade das vigas e estimar a sua secção útil. Com os ensaios foi possível concluir que as vigas de madeira dos pavimentos se encontravam em bom estado de conservação, existindo degradações superficiais em alguns elementos devido à

entrada de água e ao consequente ataque de insectos e fungos xilófagos. Foi também utilizado o higrómetro para análise do teor em água da madeira e do potencial de ataques de insectos e fungos xilófagos, e acelerómetros, para análise das frequências de vibração dos pavimentos de madeira.

Através da inspecção concluiu-se que a estrutura da cobertura, que se encontrava acessível directamente, apresentava de igual modo um bom estado de conservação. Relativamente às paredes, tanto as de alvenaria de pedra das fachadas e das empenas, como as de tabique interiores, e que desempenham também funções estruturais, encontravam-se também em bom estado de conservação, necessitando apenas de intervenções de consolidação pontuais.

As opções de intervenção

Tendo em consideração o bom estado de conservação da Casa da Boavista e as características construtivas e ornamentais que importava preservar, o carácter de restauro foi levado ao limite, optando-se pela preservação de tectos, soalhos, carpintarias interiores e exteriores, revestimentos cerâmicos e algumas peças sanitárias.

A organização interior manteve-se com ligeiras alterações no sentido de adaptar a casa às novas exigências. Referem-se em particular: a junção de dois compartimentos na zona posterior do piso 0 para criar a sala de estar; o aproveitamento de duas zonas no sótão que se encontravam encerradas desde a construção da casa; a adaptação da instalação sanitária principal e a criação de duas novas instalações sanitárias; a concepção de uma nova cozinha



3c



3d



3e



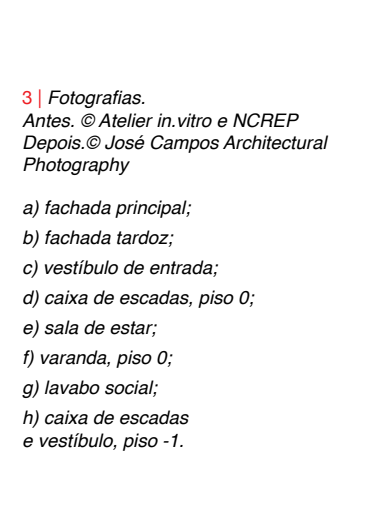
3f



3g



3h



3 | Fotografias.
Antes. © Atelier in.vitro e NCREP
Depois. © José Campos Architectural
Photography

- a) fachada principal;
- b) fachada tardoz;
- c) vestibulo de entrada;
- d) caixa de escadas, piso 0;
- e) sala de estar;
- f) varanda, piso 0;
- g) lavabo social;
- h) caixa de escadas e vestibulo, piso -1.



com mobiliário dos anos 50, e com um passa-pratos para a sala de jantar, no lugar da cozinha original, praticamente inexistente.

A fachada principal, integrada num conjunto de cinco casas construídas em simultâneo, foi reabilitada, com a consolidação dos azulejos biselados tão típicos desta época e com o restauro dos caixilhos originais em madeira com vidro soprado. Na fachada posterior, que já tinha sido alvo de uma alteração nos anos 40 do século XX, e que apresentava focos de humidade, foram repostos os materiais e alinhamentos originais, com a aplicação de soletos de ardósia na zona central, rebocando o volume lateral em alvenaria de pedra correspondente às instalações sanitárias. As janelas de guilhotina existentes foram preservadas e o conjunto foi reforçado com a instalação de aros perimetrais em madeira. O revestimento em soletos de ardósia foi escolhido por ser um material de revestimento característico da casa burguesa do Porto e por se acreditar ter sido o revestimento original da parede de tabique que, entretanto, tinha sido demolida.

Relativamente aos elementos estruturais, a intervenção passou por trabalhos de carácter mais pontual. Em virtude do seu estado de conservação, o vigamento dos pavimentos foi integralmente mantido, sendo realizados

apenas reforços estruturais em zonas específicas. Na cobertura, para além do tratamento dos elementos estruturais contra insectos e fungos xilófagos, foram substituídas algumas varas que se encontravam degradadas. As paredes de alvenaria de pedra foram reabilitadas e consolidadas com argamassas à base de cal. As infra-estruturas eléctricas e hidráulicas, da época de construção do edifício, foram substituídas.

Relativamente aos elementos construtivos de revestimento, os soalhos em madeira de pinho foram integralmente reabilitados, sendo executados enxertos pontuais. O estuque dos tectos foram restaurados, sendo as fissuras colmatadas e os elementos decorativos tratados. Por sua vez, as carpintarias interiores, tais como rodapés, vãos, portadas, guardas das escadas, etc. foram também reabilitadas. Os mosaicos hidráulicos e os azulejos das instalações sanitárias e de outros compartimentos, foram reabilitados e consolidados. Na cozinha e na zona técnica do piso -1 foi executado um novo pavimento em betonilha, para substituir os pavimentos existentes degradados. De forma a melhorar o comportamento da cobertura, foi instalada uma camada de isolamento térmico e uma tela permeável ao vapor e impermeável à água líquida. Foram ainda instalados três novos lanternins, em substi-

3 | Fotografias.
Antes. © Atelier in.vitro e NCREP
Depois. © José Campos Architectural Photography
i) sala de jantar;
j) cozinha;
k) acesso aos quartos;
l) quarto 1;
m) quarto de banho;
n) acesso ao sótão;
o) sótão.

tuição dos existentes, para melhorar a iluminação natural dos espaços do sótão, tendo o lanternim principal, materializado originalmente por um conjunto de telhas de vidro, sido substituído por um novo lanternim constituído por cantoneiras metálicas.

Em suma, das obras de reabilitação realizadas resultou uma significativa melhoria das condições de uso, sem prejuízo do carácter da construção. A preservação e valorização das pré-existências contribuíram para que dois importantes pressupostos da intervenção, a economia e o tempo, se cumprissem, sem no entanto descuidar forma e função. A obra foi realizada num prazo de seis meses e teve um custo de cerca de € 300,00 / m². No final, o objecto sobrepôs-se ao projecto ■

* Artigo redigido ao abrigo do antigo acordo ortográfico.



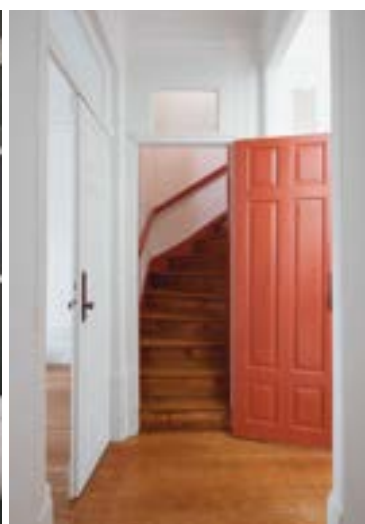
3l



3m



3n



3o



FICHA TÉCNICA

Arquitetura | Atelier in.vitro, Joana Leandro Vasconcelos

Inspecção, diagnóstico e especialidades | NCREP -
Consultoria em Reabilitação do Edificado e Património

Construção | CS Construtora

Fotografia | José Campos Architectural Photography

Área de construção | 300 m²

Reabilitação e adaptação do Palacete da Quinta do Bom Pastor para instalação da sede da Conferência Episcopal Portuguesa

Nuno Valentim Lopes | Doutor em Arquitectura, FAUP | Nuno Valentim, Arquitectura e Reabilitação, Lda.

Margarida Carvalho | Arquitecta, FAUP | Nuno Valentim, Arquitectura e Reabilitação, Lda.

www.nunovalentim.com

O presente artigo procura apresentar resumidamente o projecto e obra de reabilitação e adaptação do Palacete da Quinta do Bom Pastor para instalação da sede da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP), em Lisboa, inaugurada em Novembro de 2017.

Para situar a relevância do conjunto edificado importa referir que o valor arquitectónico-construtivo do edifício e o valor paisagístico da própria Quinta do Bom Pastor foram reconhecidos, em 1994, com a classificação de Imóvel de Interesse no Inventário Municipal do Património da Câmara Municipal de Lisboa, e destacados em 2002 no Plano de Pormenor do Calhariz.

Pretende-se neste texto dar nota desses valores, enquadrá-los historicamente e documentar o cuidado colocado na sua reabilitação e reconversão para um novo uso – procurando uma transformação integradora dos valores identitários diagnosticados no palacete e na quinta.

Esta intervenção contou com inúmeros contributos, de várias equipas – de projecto, fiscalização e construção, nomeados no final deste texto – e a dedicação, confiança e compromisso com o projecto que o Dono de Obra, representado pelo Padre Manuel Barbosa, depositou nestas.



Enquadramento

A freguesia de Benfica consistiu, desde o século XVII, área de quintas de veraneio, residências de campo e palácios. No século XVIII, com o arranque dos trabalhos do Aqueduto das Águas Livres, tornou-se também zona de crescente ocupação e renovação.

Embora a primeira referência à Quinta da Buraca remonte a 1712, foi apenas na 2.^a metade do século XVIII que se configurou o actual conjunto edificado, constituído por casa nobre, estruturas secundárias, jardim de buxo e casa de fresco. Nos séculos que se seguiram, uma sucessão de proprietários contribuiu para a consolidação do conjunto – destacando-se Bernardo António da Silva, em cujo tempo foram executados os três grandes painéis monocromos da Real Fábrica do Rato (c. 1780), a escadaria *trompe l'oeil* e a pintura

do tecto da casa de fresco. Foi também local de passagem de personalidades importantes, como Almeida Garrett e a infanta D. Maria Amélia, filha do rei D. Pedro IV.

A denominação “Quinta do Bom Pastor” surge após a ocupação de João António Lopes Pastor – a sua integridade e solidariedade ficaram registadas na toponímia.

Já no século XX, a quinta é comprada pela CML que a vende, apenas dois anos depois, ao Patriarcado de Lisboa. Nos anos 60 inicia-se a construção da Casa de Retiros (actuais instalações da Rádio Renascença), e o palacete converte-se em residência do Cardeal Manuel Cerejeira até à sua morte, em 1971.

O conjunto edificado é formado pela justaposição de vários corpos, delimitando pátios de transição.

O edifício central situa-se à face da estrada da Buraca, desenvolvendo-se em dois pisos. É secundado por um corpo longitudinal secundário, formando, com o edifício do lagar, o pátio central de entrada. A sul situa-se o pátio de serviço, rebaixado em relação ao caminho de ligação com a quinta. A nascente do edifício nobre estende-se o jardim de buxo, decorado com fonte e pórtico “embrechados”, e a parte da quinta que permanece com carácter agrícola, pontuada pela casa de fresco.

1 | Planta topográfica da autoria de Júlio António Vieira da Silva Pinto e Alberto Sá Correia, agente técnico de engenharia (1908). © Arquivo Municipal de Lisboa

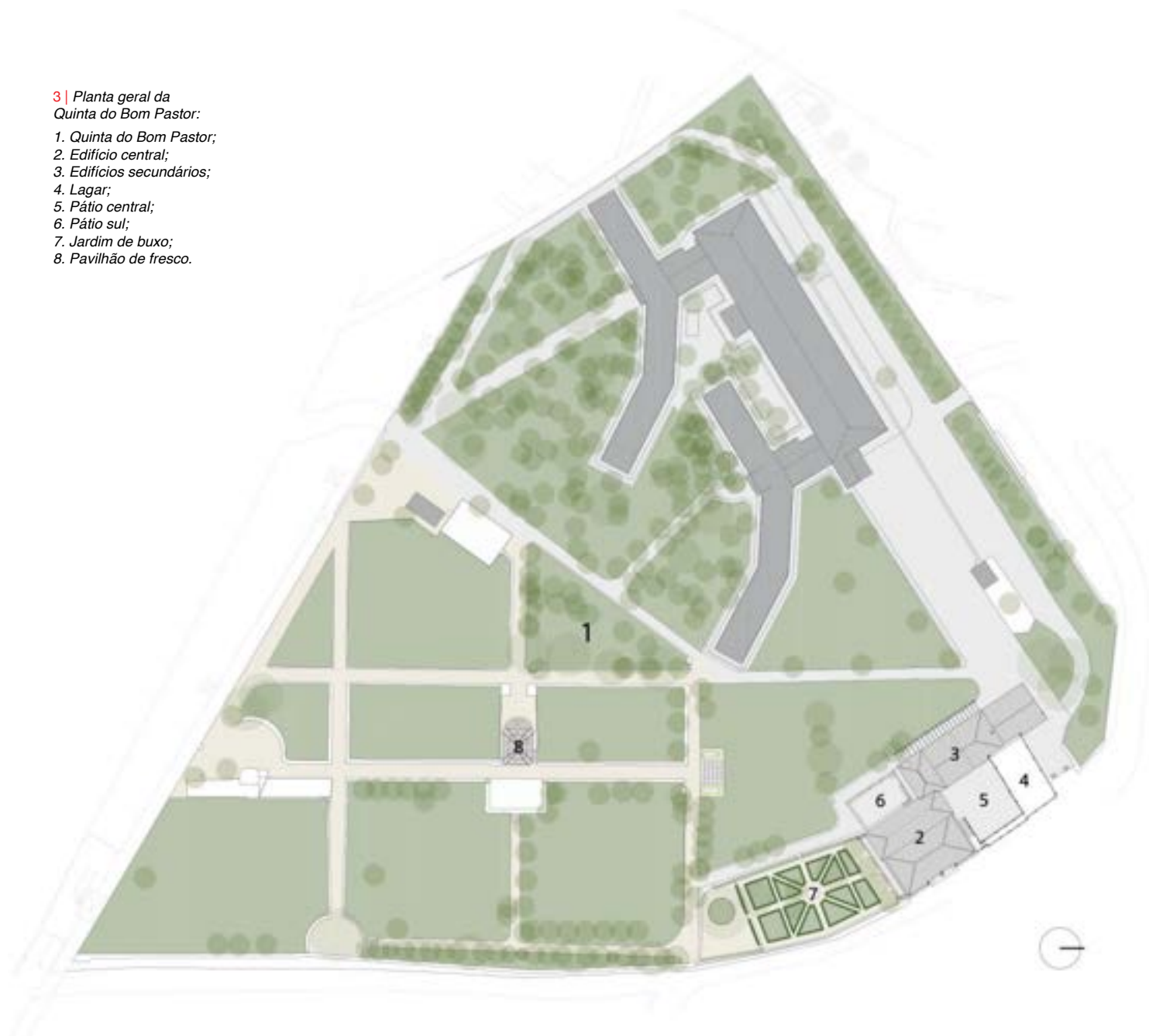


2 | Elementos decorativos encomendados por Bernardo António da Silva (c. 1780): três painéis monocromos da Real Fábrica do Rato, painel de azulejos trompe l'oeil na escadaria exterior e pinturas no tecto da casa de fresco.



3 | Planta geral da
Quinta do Bom Pastor:

1. Quinta do Bom Pastor;
2. Edifício central;
3. Edifícios secundários;
4. Lagar;
5. Pátio central;
6. Pátio sul;
7. Jardim de buxo;
8. Pavilhão de fresco.



3

O edifício é constituído por paredes resistentes em pedra e estruturas secundárias em madeira. Fruto de uma sequência de intervenções avulsas é possível observar em vários locais a existência de lajes de piso em betão. O corpo do lagar distingue-se dos restantes pelo tecto em abóbadas e arcos de tijolo, sobre as quais se desenvolve uma cobertura em terraço rematada pelo grande painel de azulejo da Fábrica do Rato.

O levantamento estrutural e infraestrutural, realizado pela equipa coordenada pelo Professor Aníbal Costa, permitiu reconhecer o sistema construtivo e diagnosticar as principais anomalias – decorrentes, principalmente, de infiltrações pontuais e da falta de uso (deficiente ventilação e manutenção).

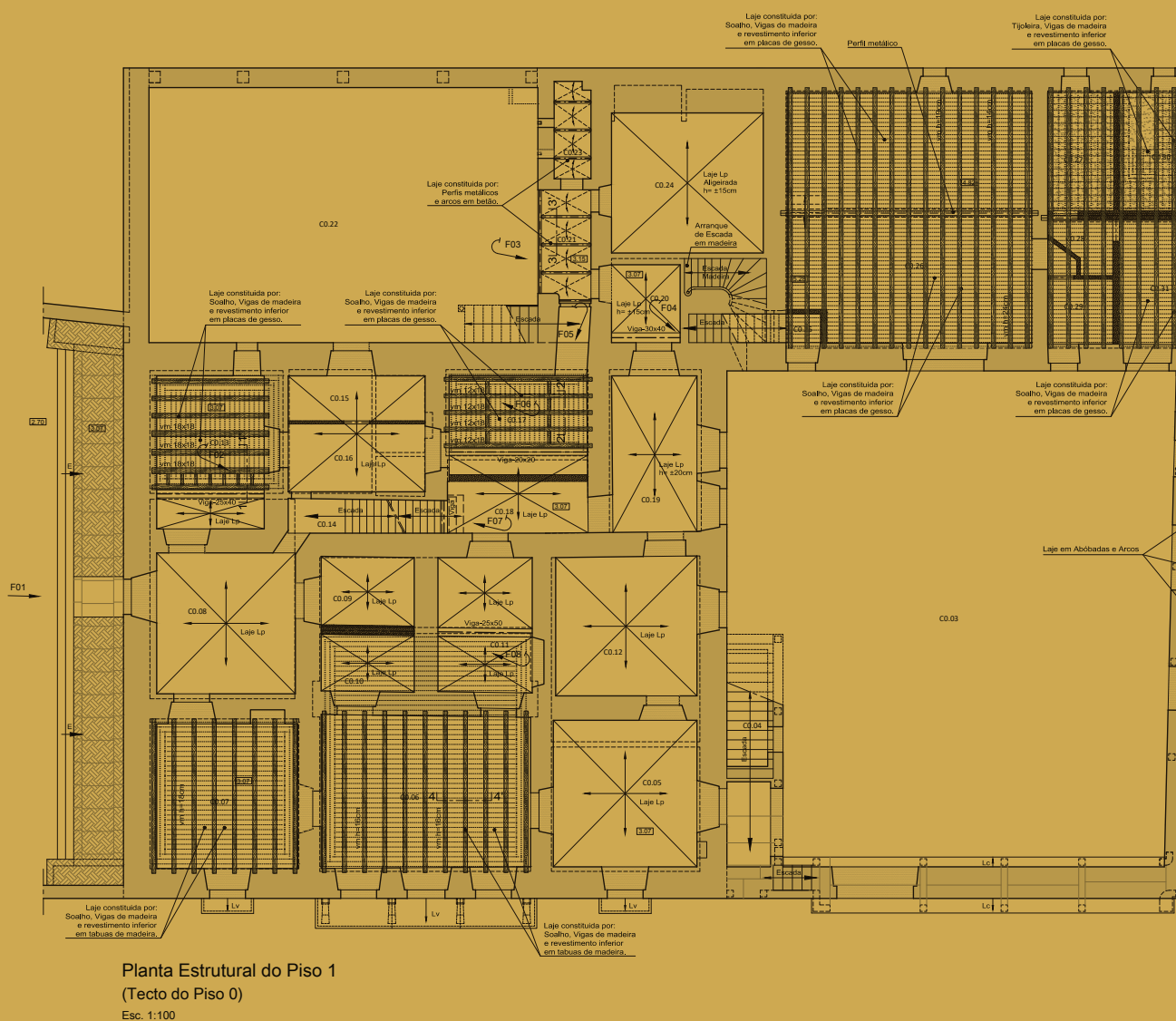
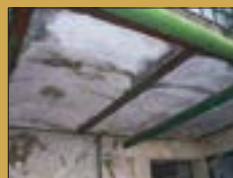




Foto - F06



Foto - F07



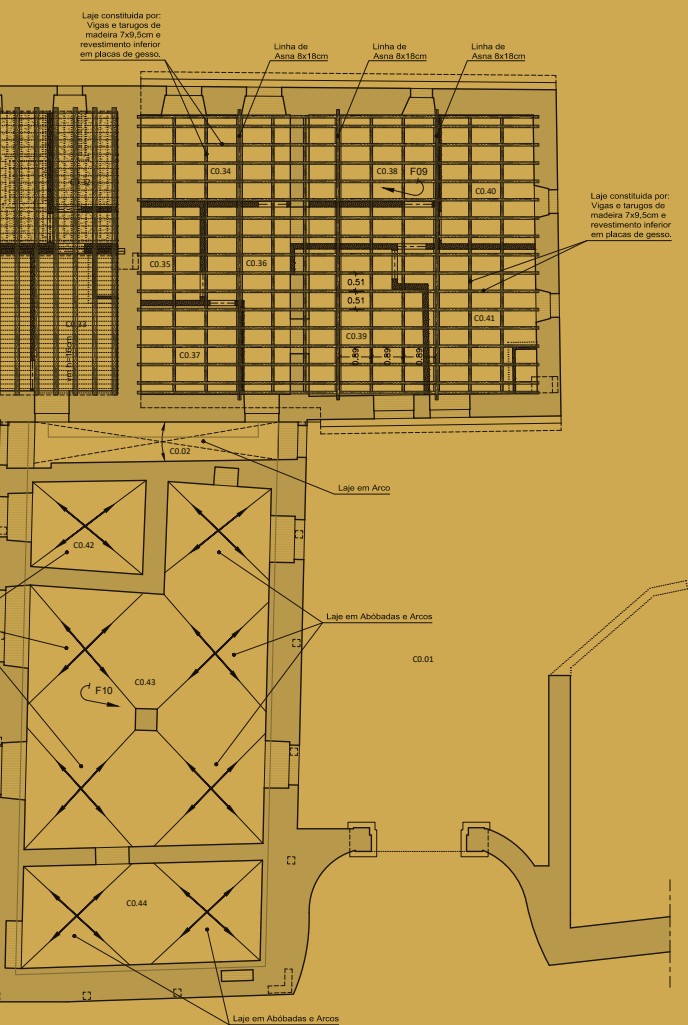
Foto - F08



Foto - F09



Foto - F10



Localização de Fotografias:



Legenda de Compartimentos do Piso 0

- C0.01 - Pátio norte
- C0.02 - Circulação exterior
- C0.03 - Pátio nascente
- C0.04 - Zona do contador da água
- C0.05 - Sala 1
- C0.06 - Sala 2
- C0.07 - Sala 3
- C0.08 - Sala 4
- C0.09 - Casa de banho 1
- C0.10 - Casa de banho 2
- C0.11 - Arrumo 1
- C0.12 - Sala 5
- C0.13 - Sala 6
- C0.14 - Circulação e arrumo 2
- C0.15 - Casa de banho 3
- C0.16 - Circulação
- C0.17 - Sala 7
- C0.18 - Circulação
- C0.19 - Hall de entrada
- C0.20 - Circulação e equipamento
- C0.21 - Circulação no exterior
- C0.22 - Pátio sul
- C0.23 - Arrumo 3
- C0.24 - Arrumo 4
- C0.25 - Hall de entrada para piso superior
- C0.26 - Garagem
- C0.27 - Quarto 1
- C0.28 - Hall 1
- C0.29 - Casa de banho 4
- C0.30 - Quarto 2
- C0.31 - Sala de estar 1
- C0.32 - Casa de banho 5
- C0.33 - Cozinha 1
- C0.34 - Quarto 3
- C0.35 - Despensa 1
- C0.36 - Hall de entrada e circulação
- C0.37 - Casa de banho 6
- C0.38 - Quarto 4¹
- C0.39 - Sala de estar 2
- C0.40 - Quarto 5¹
- C0.41 - Cozinha 2

Legenda de Materiais:

- Alvenaria de Calcário
- Soalho de Madeira
- Vigas de Madeira
- Laje em Betão
- Pilar em Pedra
- Parede tijolo ou bloco
- Viga em Betão
- Perfil Metálico



Assinatura Técnica	Requerente:	gp gepectrofa <small>Colabora de Estudos e Projetos de Engenharia Civil do Tróia, Lda.</small> <small>Engenharia e Registo</small> <small>Registo do Centro de Estudos, 01-1919494 e 400 000 000 e 400 000 000</small> <small>Registo do Centro de Estudos, 01-1919494 e 400 000 000 e 400 000 000</small>
Arq./Eng.	Conferência Episcopal Portuguesa	
Des.	Quinta do Bom Pastor	
Tipo de Obra	Estrada da Buraca, 6, 8 e 10	
Edifício	Estruturas	Estudo Prévio - Diagnóstico
Escala	1:100	Mr. Processo: 01-2429/BA-EE
Folha	01/06	Substituir: Data: Outubro 2014

Projecto

Programa e valores identificados

O programa para a sede da Conferência Episcopal Portuguesa é um programa de serviços extenso, diversificado e complexo. Para além do Secretariado Geral, com funções de gestão/coordenação, integra um conjunto alargado de Secretariados Nacionais e Pastorais, necessitando de um grande número de salas (55 postos de trabalho), salas de reunião e abundante espaço de arquivo. Integra também a *Agência ECCLESIA*, agência de informação da Igreja Católica em Portugal, com exigências particulares – nomeadamente em termos de infraestruturas de telecomunicações, espaços de gravação áudio e de edição áudio/vídeo.

No piso principal do edifício central situa-se o Secretariado Geral, rodeado pelos secretariados, que se distribuem pelos três pisos, tirando partido, quase na totalidade, da compartimentação e elementos decorativos pré-existent (nomeadamente os tectos, pavimentos e vãos interiores em madeira) do edifício original. No terceiro piso, de construção posterior, existiam dois alojamentos independentes, que foram integralmente abertos para instalação dos serviços. Na ala poente do conjunto

instalou-se a Fundação Fé e Cooperação e no antigo lagar a *Agência ECCLESIA*.

Os corpos secundários, com menor qualidade arquitectónica, construtiva e decorativa, apresentavam uma compartimentação desadequada, que não permitia a interligação entre as várias alas do edifício. Optou-se neste caso pela demolição do seu interior, nivelando cotas de pavimento e removendo os tectos planos sob a estrutura de madeira da cobertura em excelente estado de conservação – tirando-se assim partido de todo o seu volume interior.

Na interligação entre o corpo central e os corpos secundários situam-se a área de recepção/espera e os espaços comuns – biblioteca, bar, instalações sanitárias e salas de reuniões gerais, assim como o elevador, essencial para a utilização intensiva e acessível a todos.

Estratégia de integração das exigências de infraestruturas e conforto

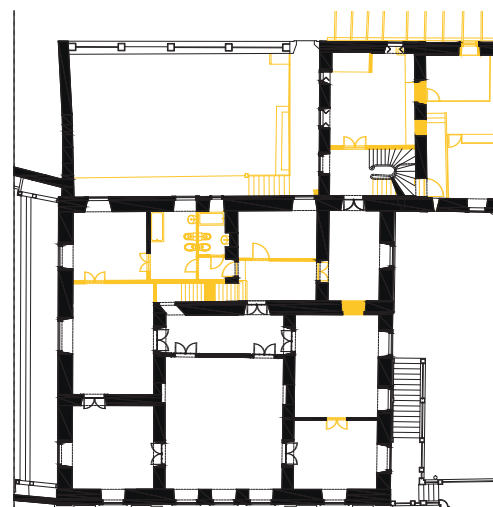
O programa a instalar e o tipo de utilização exigiam uma grande carga infraestrutural, que importava introduzir preservando a integridade da pré-existência. Simultaneamente, havia a necessidade de garantir o correcto funcio-

namento higrotérmico do edifício, corrigindo as causas das anomalias e introduzindo isolamento nas coberturas.

As anomalias decorrentes de humidade em paredes enterradas foram corrigidas através da execução de drenagem periférica em toda a ala nascente/sul do edifício, associada a um sistema de ventilação da base das paredes, permitindo preservar os painéis de azulejos pombalinos existentes no piso térreo do edifício nobre.

Todas as soluções foram dimensionadas espaço a espaço, caso a caso, tendo em conta a função, número de utilizadores, orientação solar, fenestração, inércia térmica, carga térmica... – um princípio de conforto adaptativo ou reabilitação adaptativa que sempre temos presente como forma de minimizar a intrusividade das soluções.

Num intenso e cuidadoso trabalho conjunto entre a consultoria higrotérmica do Prof. Vasco Freitas e dos projectistas de AVAC (Eng.º Raul Bessa), foi integrado um sistema de ventilação e climatização conciliando uma admissão de ar natural associada aos equipamentos de ar condicionado com extracção mecânica em pontos estratégicos (como, por exemplo, instalações sanitárias), para reduzir a intrusividade nas soluções de aquecimento e renovação do ar.

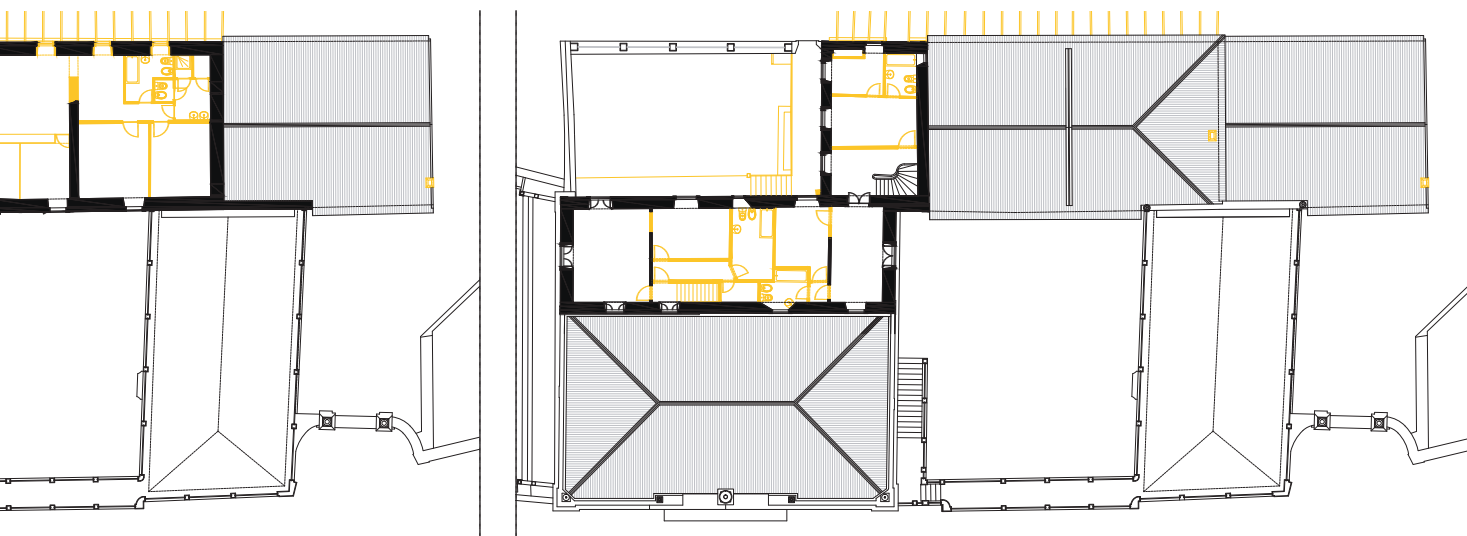




6

5 | Projecto: plantas de demolições.

6 | Imagens de obra.





7

Conservação e restauro

Tratando-se de um conjunto que teve intervenções ao longo de vários séculos também ao nível dos elementos decorativos, importou primeiramente identificar os valores a preservar, de tempos distintos como consequência dos diversos proprietários. Referimo-nos por um lado aos elementos originais do edifício, como cantarias e balaustradas em pedra e gradeamentos em ferro, mas também a uma sucessão de intervenções decorativas – os painéis de azulejos decorativos (interiores e exteriores), a fachada de azulejos relevados voltada para o jardim de buxo, os “embrechados” e os frescos no tecto do pavilhão/casa de fresco.

De forma a manter a integridade dos elementos decorativos procurou-se uma reintegração recorrendo, o mais possível, a materiais idênticos aos existentes, e evitando a remoção de materiais ou elementos passíveis de tratamento.

O processo passou ainda pela identificação das anomalias existentes e execução de sondagens *in situ* (incluindo estratigrafia). A análise integral do edifício – e não apenas das áreas com elementos decorativos a restaurar – permitiu obter informações muito relevantes acerca da paleta de cores original, dando o mote para a escolha da cor das fachadas e caixilharias.

A Quinta

A intervenção nos espaços exteriores seguiu a mesma metodologia dos edifícios – diagnosticando valores e observando as premissas do Plano de Pormenor do Calhariz, foram requalificados muros e caminhos, mantendo sinais da sua matriz rural. Em novas plantações foi dada preponderância a espécies agrícolas e cobertura do solo com espécies herbáceas em detrimento de relva, e foram mantidas as áreas existentes de horta.

Os caminhos de carácter mais rural foram mantidos em terra/saibro, distinguindo-os dos percursos de acesso ao edifício, que são em calçada de granito.

Fora desta matriz, o jardim de buxo foi também requalificado – não apenas em termos de consolidação da massa arbustiva mas também complementando com a introdução de novas herbáceas e restauro de muros e embrechados.

A intervenção num conjunto como a Quinta do Bom Pastor, fruto de diferentes épocas e usos, obriga a uma avaliação de valores circunstanciada à natureza concreta de cada edifício pré-existente, ao potencial da sua interligação e ao inevitável usufruto da qualidade paisagística envolvente. Lembrando Fernando Távora, concluímos que em projecto, com

estas circunstâncias, há “lições permanentes que o passado garante ao futuro [de um]...**continuar-inovando**, num movimento constante de modificação para melhores condições, mas respeitando os valores positivos que porventura possam existir e que não deverão, portanto, ser destruídos... [onde] as soluções para cada caso, vão desde a simples beneficiação à demolição e construção total.”¹ ■

* Artigo redigido ao abrigo do antigo acordo ortográfico.

NOTA

1. Fernando Távora, Estudo de Renovação Urbana do Barredo. Porto: Câmara Municipal do Porto. Direcção de Serviços de Habitação. 1969 (policopiado), p. 33.



8



9



10

FICHA TÉCNICA

Projecto | 2014-2016

Obra | 2016-2017

Área bruta de construção | 1 465 m²

Área envolvente intervencionada | 900 m²

Dono de Obra

Conferência Episcopal Portuguesa

Arquitectura

NUNO VALENTIM, ARQUITECTURA I

REABILITAÇÃO, Lda.

Nuno Valentim, Margarida Carvalho

Relatório de Inspeção e Diagnóstico, Projecto de Estabilidade e Infraestruturas Hidráulicas

GEPECTROFA

Prof. Aníbal Costa, Rossana Pereira

Projecto de Infraestruturas Eléctricas, Telecomunicações e Segurança

AFACONSULT

Raul Serafim, Vasco Sampaio, Maria da Luz Santiago

Projecto AVAC

GET – GESTÃO DE ENERGIA TÉRMICA

Raul Bessa, Ricardo Carreto

Projecto de Comportamento Acústico e Consultoria Higrotérmica

Prof. Vasco Freitas, Pedro Gonçalves

Consultoria de Conservação e Restauro

António Vasques

Projecto de Arquitectura Paisagista

PAISAGEM ILIMITADA

Cristina Marques

Construtor

AOF – AUGUSTO OLIVEIRA FERREIRA & C.ª, Lda.

Filipe Ferreira, Belmiro Xavier, Ana Varajão

Fiscalização

RPR – RUI PRATA RIBEIRO

Alfredo Cruz, Manuel Correia, Cláudia Alves,

Rita Pereira, Carlos Leal

Fotografia

JFF – JOÃO FERRAND FOTOGRAFIA

A Arquitetura Paisagista e a Conservação e Restauro do Jardim Botânico da Ajuda

Sónia Talhé Azambuja | Prof.^a Arquiteta Paisagista (ISA/ULisboa e FCT/UAlg) e Presidente da Associação dos Amigos do Jardim Botânico da Ajuda | info@soniaazambuja.com

O Jardim Botânico da Ajuda é o primeiro jardim botânico português, fundado em 1768 por iniciativa de Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), futuro Marquês de Pombal, no reinado do rei D. José I (1714-1777), que convidou o naturalista italiano Domingos Vandelli (1735-1816) para dirigir as respetivas obras de construção (Vandelli, 1768).





2



Jardim Botânico da Ajuda (JBA) é um jardim barroco estruturado em dois terraços com exposição sul e com vista sobre o rio Tejo. O historiador Ayres de Carvalho (1979) atribui ao arquiteto da Casa Real Manuel Caetano de Sousa (1738-1802) a autoria da balaustrada e da escadaria que fazem a transição entre os dois terraços deste jardim. A obra escultórica do JBA é relevante e está ligada a escultores como Silvério Martins, colaborador de Machado de Castro que dirigia a Escola de Escultura de Lisboa (Mendonça, 2008). As obras de cantaria e de várias peças escultóricas do jardim foram coordenadas pelo mestre canteiro João Gomes (Mendonça, 2008). Vandelli foi o primeiro diretor do JBA e, no seu tempo, a coleção botânica reunia plantas vindas dos cinco continentes e cujo número chegou a alcançar cerca de 5 000 espécies, sendo que muitas destas espécies entraram pela primeira vez em Portugal através deste jardim (Brigola, 2003a; 2003b). O JBA é também considerado como a primeira instituição em Portugal dedicada ao estudo da História Natural, sendo originalmente denominado por «Real Jardim Botânico da Ajuda, Laboratório Químico, Museu de História Natural e Casa do Risco» (Castel-Branco et al, 1999). Félix de Avelar Brotero (1744-1828), autor da primeira flora portuguesa, publicada em 1804, foi o segundo diretor do JBA. O JBA é propriedade da Universidade de Lisboa, sendo gerido pelo Instituto Superior de Agronomia (ISA) desde 1910.

Foi no ISA que teve origem o ensino da Arquitetura Paisagista em Portugal com a criação deste curso em 1941, por Francisco Caldeira Cabral (1908-1992). A Arquitetura Paisagista é um campo que cruza arte, ciência e técnica e que nos últimos 77 anos em Portugal tem sido fundamental para o projeto de conservação, restauro e salvaguarda dos

jardins históricos do nosso país. O primeiro relatório final de licenciatura em Arquitetura Paisagista, elaborado em 1948 por Manuel de Azevedo Coutinho (1921-1992), sob a orientação do professor Francisco Caldeira Cabral é sobre o projeto de recuperação do JBA (Coutinho, 1948). O referido estudo constitui a base de conhecimento sobre a qual se procedeu ao primeiro restauro do jardim após ter sido severamente destruído pelo ciclone de 1941 que assolou Lisboa.

O segundo restauro do JBA decorreu entre 1995 e 1997 sob a coordenação da professora Cristina Castel-Branco, em conjunto com Ana Luísa Soares e Teresa Chambel; também esta equipa de restauro era formada por arquitetos paisagistas, contribuindo para a salvaguarda da sua história e cultura, levando-o a ser descoberto por um público alargado (Castel-Branco et al, 1995). Na altura do segundo restauro foi implementada, com base numa planta antiga do JBA, uma quadrícula de 1 200 canteiros, organizada de acordo com áreas fitogeográficas de todo o mundo (África, Região Mediterrânica, América do Norte e Central, Ásia, Europa Central e Atlântica, Região Macaronésica, Austrália e Nova Zelândia e América do Sul) de modo a albergar a coleção botânica (Castel-Branco et al, 1999).

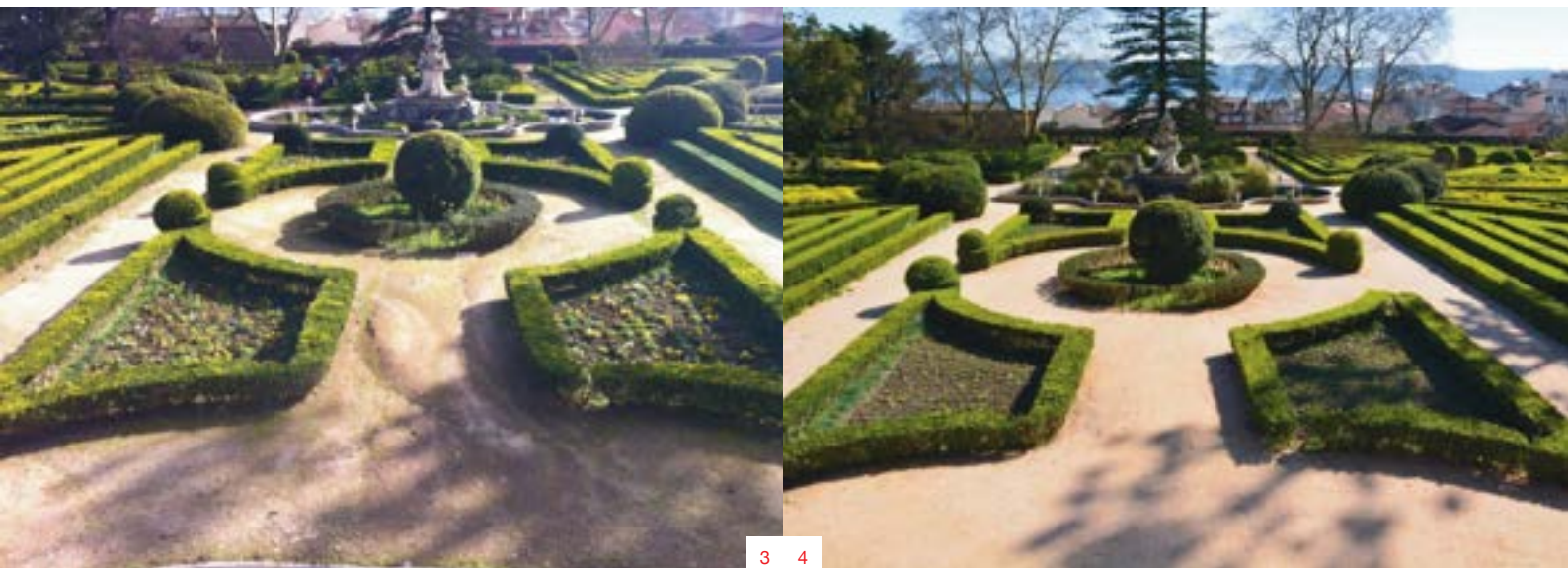
A Associação dos Amigos do Jardim Botânico da Ajuda (AAJBA) é uma associação sem fins lucrativos que foi fundada em 2000 com a finalidade de colaborar e apoiar a Coordenação do Jardim Botânico da Ajuda nas ações necessárias à proteção, conservação e divulgação deste notável património da cidade de Lisboa. A AAJBA¹ conta com mais de 400 sócios e realiza todos os anos visitas a jardins e paisagens culturais, monumentos e museus por todo o mundo, organiza cursos de jardinagem

1 | A fonte das 40 bicas do JBA em fase de conclusão do restauro, em janeiro de 2018. Obra financiada e coordenada pela AAJBA, com execução pela empresa Nova Conservação, Lda. © AAJBA

2 | Obra de pavimentação com saibro consolidado com cal do Jardim Botânico da Ajuda (2013) financiadas e coordenadas pela AAJBA, sendo o empreiteiro a empresa Flora Garden, Lda. © Sónia Talhé Azambuja

e palestras culturais, e os proveitos conseguidos dessas iniciativas permitiram que a AAJBA financiasse e coordenasse as obras de conservação e restauro do JBA entre 2010 e 2018 no montante de mais de € 150 000, sem nunca recorrer a mecenato ou subsídios². A Ana Maria Lory presidiu à AAJBA entre 2010 a 2013 e levou a cabo uma importante dinamização das viagens de turismo cultural, importante fonte de rendimento para as obras da AAJBA. No presente artigo são apresentadas as principais obras financiadas e coordenadas pela AAJBA entre 2010 e 2018, tendo como arquitetos paisagistas responsáveis Sónia Talhé Azambuja (coordenação) e Miguel Coelho de Sousa.

O projeto de arquitetura paisagista em património paisagístico deve seguir um conjunto de princípios que respeitem o caráter, o traçado, a composição e a autenticidade do jardim. Antes da elaboração do projeto deve fazer-se uma análise histórico-artística do jardim histórico, seguida de uma fase de síntese-diagnóstico e terminando na fase de proposta. No projeto de arquitetura paisagista devem ser seguidos princípios orientadores da intervenção baseados numa perspetiva de conservação, restauro e manutenção, selecionando-se soluções equilibradas



3 4

e integradas, com o uso de materiais e técnicas que assegurem a autenticidade do jardim histórico. Adotando-se boas práticas internacionais de acordo com princípios de intervenção das cartas e documentos doutrinários do ICOMOS, nomeadamente a Carta de Florença (ICOMOS/IFLA, 1981), a Carta de Burra (ICOMOS-Austrália, 1999), o Documento de Nara sobre a Autenticidade (ICOMOS, 1994), entre outros.

Com base nos pressupostos já apresentados, foram elaborados pela AAJBA três Relatórios Prévios para Bens Culturais e Imóveis e submetidos e aprovados pela Direção-Geral do Património Arquitetónico os seguintes projetos:

I. Projeto de Pavimentação do Tabuleiro Inferior do Jardim Botânico da Ajuda (2013-2014): área de 9434 m² de saibro consolidado com cal;

II. Projeto de Pavimentação do Tabuleiro Superior do Jardim Botânico da Ajuda (2014-2015): área de 5930 m² de saibro;

III. Projeto de Conservação/Restauro da Fonte Central e de dois Lagos de Bacia Circular do Jardim Botânico da Ajuda (2017/2018).

A Carta de Florença do ICOMOS-IFLA (1981), também designada por Carta dos Jardins Históricos, tem sido um importante documento doutrinário para a intervenção em jardins históricos, e que foi seguida no restauro dos anos 90 do século XX, e que continua a ser importante para a ação da AAJBA. No artigo 9.º da Carta de Florença é salientado que “A autenticidade de um jardim histórico é tanto uma questão de desenho e de proporção

das suas partes como de composição ornamental, ou da seleção das plantas e materiais inorgânicos que o constituem.”

Um dos princípios fundamentais que tem sido seguido pela AAJBA no âmbito do projeto de arquitetura paisagista no projeto de conservação/restauro do JBA é a preservação da autenticidade do lugar. E isso passa pelo respeito pela composição do jardim, pelos materiais que o constituem, e pelas técnicas adotadas. “A salvaguarda dos jardins históricos exige que os mesmos sejam identificados e inventariados. Impõe intervenções diversas, de manutenção, de conservação e de recuperação” (ICOMOS/IFLA, 1981).

Sendo o JBA classificado como Imóvel de Interesse Público (IIP) por estar localizado na zona circundante do Palácio Nacional da Ajuda, as suas obras de conservação e de restauro são uma das principais preocupações na gestão deste património. Como bem classificado, todos os projetos de intervenção elaborados pela AAJBA para o JBA têm sido submetidos a aprovação prévia pela Direção-Geral do Património Cultural, entidade a que todos os bens com classificação legal de património têm de reportar. Este procedimento contribui para a garantia que o projeto que vai ser implementado não coloca em risco o património, estando dentro do espírito do Artigo 15.º da Carta de Florença: “Antes de qualquer execução este estudo deverá levar a um projeto de execução a submeter a um exame e a um acordo colegial”. Considera-se que os projetos de arquitetura paisagista das últimas sete décadas têm sido fulcrais para a salvaguarda do JBA, que este ano celebra 250 anos de história (1768-2018).

3 e 4 | Antes e depois da obra de pavimentação com saibro consolidado com cal no Jardim Botânico da Ajuda (2013) obra financiada e coordenada pela AAJBA. © Sónia Talhê Azambuja

5 | Obra de pavimentação do tabuleiro superior do Jardim Botânico da Ajuda (2015), com os jacarandás em flor. © Sónia Talhê Azambuja

6 | Obra de conservação/restauro da Fonte das 40 bicas do Jardim Botânico da Ajuda (2017-2018), financiada e coordenada pela AAJBA, tendo sido executada pela empresa Nova Conservação, Lda., especialista em intervenção em património cultural, sob orientação do conservador/restaurador Nuno Proença. © Sónia Talhê Azambuja

AGRADECIMENTOS

Um agradecimento especial aos colegas dos órgãos sociais da AAJBA (2010-2018); à Ana Maria Lory, ao arquiteto paisagista Miguel Coelho de Sousa, à Prof.ª Doutora Cristina Castel-Branco, ao João Monjardino, à Dr.ª Fátima Matias, aos sócios da AAJBA e a todos os voluntários e colaboradores da AAJBA que têm contribuído para a conservação e restauro do Jardim Botânico da Ajuda ■

NOTAS

1. No site da AAJBA podem ser consultadas todas as iniciativas.
2. No valor de € 150 000 não foi contabilizado o trabalho pro bono dos membros dos órgãos sociais nem dos voluntários da AAJBA.

BIBLIOGRAFIA E FONTES (Síntese)

AIRES-BARROS, Luís (2001). *As Rochas dos Monumentos Portugueses: Tipologias e Patologias*. Vols. I e II. Lisboa: IPPAR.

ANDRESEN, Teresa [coord.] (2003). *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian: Francisco Caldeira Cabral e a Primeira Geração de Arquitectos Paisagistas, 1940-1970*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

ANÓN, Carmen (1993). "El jardín Histórico: Notas para una Metodología Previa al Proyecto de Recuperación" In ICOMOS. Madrid: Journal Scientifique, pp. 312-325.

ARAÚJO, Ilídio Alves de (1962). *Arte Paisagista e Arte dos Jardins em Portugal*. Lisboa: Direcção Geral dos Serviços de Urbanização.

BRIGOLA, João Carlos (2003a). *Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

BRIGOLA, João Carlos (2003b). "A aclimação de plantas do Oriente e do Brasil no Real Jardim Botânico da Ajuda (1768-1808)". *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXXVI, Vol. 2. Coimbra: Universidade de Coimbra. Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos.

CARVALHO, Ayres de (1979). *Os Três Arquitectos da Ajuda*. Lisboa, edição do autor, 1979.

CASTEL-BRANCO, Cristina; SOARES, Ana Luísa; CHAMBEL, Teresa; FIGUEIREDO, Vítor Sousa. (1995). *Projeto de Recuperação do Jardim Botânico da Ajuda*. Lisboa: [s.n.] [não publicado].

CASTEL-BRANCO, Cristina et. al. (1999). *Jardim Botânico da Ajuda*. Lisboa: Jardim Botânico da Ajuda.

COUTINHO, Manuel Azevedo (1948). *O Jardim Botânico da Ajuda*. Relatório de Fim de Curso de Arquitectura Paisagista apresentado ao Instituto Superior de Agronomia. Lisboa: [s.n.] [não publicado].

ICOMOS – *Charters and other doctrinal texts - International Council on Monuments and Sites. ICOMOS: International Council on Monuments and Sites*. Disponível em <http://www.icomos.org/en/charters-and-texts> [consultado em 5 de janeiro de 2018].

JELLICOE, Geoffrey et al. (1986). *The Oxford Companion to Gardens*. Oxford: Oxford University Press.

LE BLONDE, Jean-Baptiste Alexandre (1709). *Théorie et Pratique du Jardinage*. Paris: Jean Mariette.

LOPES, Flávio (2012). *Património Arquitectónico e Arqueológico. Noção e Normas de Proteção*. Lisboa: Caleidoscópio.

MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho (2008). "O Real Jardim Botânico da Ajuda entre o Barroco e o Iluminismo". In FRANCO, José Eduardo; GOMES, Ana Cristina da Costa (Coord.) – *Jardins do Mundo – Discursos e Práticas*. Lisboa: Gradiva, p. 423 -436.

VANDELLI, Domenico (1768). "Relação da origem, estudo presente do Real Jardim Botânico, Laboratório Chimico, Museu de Historia Natural e Caza do Risco". Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério do Reino, Maço 444.

WATKINS, John; WRIGHT, Thomas (2007). *The Management and Maintenance of Historic Parks, Gardens and Landscapes: The English Heritage Handbook*. Londres: Frances Lincoln.



5



6

Saber-fazer do figurado em barro de Estremoz é património cultural imaterial da humanidade

Hugo Guerreiro | Responsável do Museu Municipal de Estremoz; responsável técnico da Candidatura à UNESCO
hugo.a.guerreiro@cm.estremoz.pt

Apresenta o processo que conduziu à inscrição da produção de Figurado em Barro de Estremoz na Lista Representativa de Património Cultural Imaterial da Humanidade, bem como os motivos da candidatura e qual o Plano de Salvaguarda e Valorização deste património.





2

O porquê da candidatura

Pela especificidade da modelação e estética, nacional e internacional, do Saber-Fazer do Figurado de Estremoz, dado que é uma arte emblemática para a cidade, e porque ainda há um conjunto importante de artesãos no ativo, considerou-se que estavam reunidas as condições para apresentar à UNESCO uma proposta de inscrição da produção de Figurado em Barro de Estremoz na Lista Representativa de Património Cultural Imaterial da Humanidade.

O processo de candidatura

O Museu de Estremoz, serviço da Câmara Municipal de Estremoz (CME), deu início ao processo de candidatura em outubro de 2012, reunindo uma equipa de trabalho constituída pela Vereadora Márcia Oliveira, o Chefe do Gabinete António Serrano e pelo responsável do Museu Hugo Guerreiro, sendo que este último ficou como responsável técnico da candidatura.

Os barristas foram de imediato incluídos no processo, dado que era importante que reconhecessem que a inscrição era indispensável para a sua valorização como artesãos e para a salvaguarda da produção.

A 26 de março de 2014 a Assembleia Municipal de Estremoz classificou a produção de *Figurado de Estremoz como Património Cultural Imaterial de Interesse Municipal*. O reconhecimento unânime por parte de todas as forças políticas era vital para unir o concelho de Estremoz neste objetivo.

De seguida fizeram-se os primeiros contactos com Direção-Geral do Património Cultural, os quais pretendiam a inscrição no *Inventário Nacional de Património Cultural Imaterial*¹. O registo era condição essencial para que a Comissão Nacional da UNESCO (CNU) aceitasse a proposta de candidatura. A inscrição ocorreu a 20 de abril de 2015².

Entretanto, com o objetivo de dar maior visibilidade ao Figurado na esfera UNESCO, mas também de criar um espaço onde a sociedade civil pudesse dar o seu contributo para a salvaguarda deste artesanato, a 26 de junho de 2015 fundou-se no Museu Municipal o *Centro UNESCO para a Valorização e Salvaguarda do Boneco de Estremoz* (Centro UNESCO).

Tendo por parceiros a Direção Regional da Cultura do Alentejo e o Centro UNESCO, é entregue a 22 de março de 2016 à CNU o processo final³ de candidatura à inserção na *Lista Representativa de Património Cultural Imaterial da Humanidade*.



1 | *Amor é cego, Irmãs Flores.*

2 e 3 | *Rainha Santa Isabel, Irmãs Flores.*

3

A inscrição

A 7 de dezembro de 2017, na 12.ª Reunião do Comité Intergovernamental da UNESCO para Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, que decorreu na Coreia do Sul, a Produção de Figurado em Barro de Estremoz é inscrita na respetiva Lista Representativa.

O Plano de Salvaguarda e Valorização

Nenhuma candidatura é aceite pela UNESCO sem um Plano de Salvaguarda exequível e ambicioso, que alicerce o património a inscrever e lhe dê sustentabilidade e futuro.

Dado isto foi proposto um conjunto de medidas que visa promover o reconhecimento dos artesãos como detentores de um Saber-Fazer de inestimável valor cultural; proteger a produção de desconformidades com a tradição da modelação e da estética; criar as condições para que surjam novos barristas.



4 | Primavera, Irmãs Flores.

5 | Perpétua Sousa (Irmãs Flores) a pintar a Primavera.

Assim, fazem parte do Plano os seguintes grandes objetivos:

Medidas educativas

- Reforço de iniciativas de educação não formal para jovens de Estremoz, com o apoio dos barristas, de modo a criar-lhes o gosto e a apetência pelo Figurado local.
- Desenvolvimento de atividades nas escolas básicas, para que os alunos identifiquem os elementos constituintes da identidade local e tradições. Deste modo, pretende-se que os alunos reconheçam e valorizem os artesãos e o seu trabalho. Quer-se também potenciar a descoberta de vocações.

Medidas de valorização e salvaguarda

- A CME, em colaboração com o Centro UNESCO e a Direção Regional da Cultura do Alentejo, vão trabalhar para a fundação de um Centro Interpretativo dos Bonecos de Estremoz, o qual terá uma forte componente educativa, com workshops de educação não formal e uma incubadora de jovens barristas.
- Criação da Rota do Boneco de Estremoz.

· Para assegurar a visibilidade do Boneco de Estremoz e reconhecimento dos seus produtores, vão ser organizadas exposições temporárias no Museu Municipal e em outros museus fora do concelho de Estremoz.

· A CME, com o apoio técnico do Centro UNESCO, bem como do Museu de Estremoz, vai promover a certificação desta produção.

· A CME pretende organizar Jornadas de Património Cultural Imaterial do Alentejo, com temas associados às cerâmicas, olaria e barística desta região.

Medidas para publicação, documentação e investigação

- Produção de um filme em suporte digital acerca das técnicas de modelação e da estética das 90 figuras que constituem o núcleo base dos Bonecos de Estremoz.
- Apoio à investigação.
- Produção de uma obra monográfica acerca do Boneco de Estremoz.



BONECOS DE ESTREMOZ
PATRIMÓNIO CULTURAL
IMATERIAL DA HUMANIDADE

Entidades envolvidas no Plano de Salvaguarda e Valorização

Estão envolvidas em espírito colaborativo neste Plano de Salvaguarda e Valorização a CME, os barristas, o Centro UNESCO, o Museu de Estremoz e a Direção Regional de Cultura do Alentejo.

Nota de conclusão

A inscrição na Lista Representativa de Património Cultural Imaterial da Humanidade é o princípio de um processo de longa duração. Agora há que colocar em prática o Plano de Salvaguarda, de modo a que o grande objetivo de perpetuação desta produção tão original e genuína seja uma realidade.

E este não pode ser somente um trabalho destinado às instituições. Todos os estremocenses e entusiastas deste Figurado devem ter um papel ativo ■

NOTAS

1. De salientar o apoio muito relevante do Doutor Paulo Costa, então chefia do Departamento.
2. Anúncio n.º 83/2015 da DGPC, segundo publicação na 2.ª série do Diário da República de 7 de maio de 2015. O processo pode ser consultado em www.matrizpci.dgpc.pt.
3. O contributo da Doutora Clara Cabral neste processo foi muito relevante.

abril

maio

Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua
09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	01	02	03	04	05	06	07	08	09

18 de abril 2018

Lançamento da revista *Anuário do Património 3 – 2016/2018*
Palácio da Bolsa, Porto

22 de abril 2018

Submissão de propostas para o IV Congresso Internacional sobre Património Industrial | Cidades e Património Industrial
Universidade de Aveiro (Campus Universitário de Santiago), Aveiro

20 de abril, 11 de maio, 15 de junho, 14 de julho e 29 de setembro 2018

Ciclo de Conferências Manuscritos de Alcobaça II Materialidades, temas e problemas
Sala das Conclusões do Mosteiro de Alcobaça

Lançamento da revista *Anuário do Património 3 – 2016/2018* **Palácio da Bolsa, Porto**

A sessão de lançamento do Anuário do Património 3 – 2016/2018 acontecerá no Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, a 18 de abril, no Palácio da Bolsa do Porto, pelas 18h00, e conta com o apoio da Associação Comercial do Porto.

O Anuário do Património, editado pelo GECORPA – Grémio do Património e pela editora Canto Redondo, é uma publicação bial criada em 2012 com o objectivo de promover o património cultural e criar valor nesta área. A valorização do património cultural constitui um poderoso factor de desenvolvimento económico, social e humano. Partindo desta certeza, e associando-a a outras como a valorização do território ser geradora de emprego e multiplicadora de produtos e serviços, o Grémio do Património defende que esta área se pode tornar numa fonte de riqueza de muito interesse para o País. A importância de um desenvolvimento esclarecido é, portanto, destacada nesta publicação através dos numerosos artigos técnico-científicos publicados e previamente avaliados por uma comissão científica de profissionais, investigadores e especialistas. Para além destes artigos e conteúdos relacionados, a obra integra um Directório dos agentes do sector, em que são disponibilizadas informações relevantes em listagens de Serviços – Restauro de bens imóveis histórico-artísticos; Projecto, fiscalização e consultoria; Produtos e equipamentos, Centros de Investigação; Formação, entre outros.

Informações:

info@gecorpa.pt
geral@cantoredondo.eu

Ciclo de Conferências Manuscritos de Alcobaça II Materialidades, temas e problemas **Sala das Conclusões do Mosteiro de Alcobaça**

Terá início no dia 9 de março, às 15h00, na Sala das Conclusões do Mosteiro de Alcobaça, o Ciclo de Conferências Manuscritos de Alcobaça II Materialidades, temas e problemas.

Sessões – 20 de abril, 11 de maio, 15 de junho, 14 de julho e 29 de setembro de 2018.
Promovido pela Direção-Geral do Património Cultural/ Mosteiro de Alcobaça em parceria com o Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, no âmbito da boa prossecução do objetivo estratégico relativo ao posicionamento do Mosteiro de Alcobaça como centro de estudos e da divulgação da História e do Património espiritual e temporal da Ordem de Cister, este segundo ciclo de conferências tem como principais objetivos a divulgação das mais recentes investigações sobre os manuscritos da livreria do Mosteiro de Alcobaça, quer do ponto de vista material, quer do seu conteúdo, a sua contextualização na vida do Mosteiro, dos seus abades e monges, bem como a articulação com a documentação produzida ao longo de vários séculos.

Informações:

Direção-Geral do Património Cultural / Mosteiro de Alcobaça em parceria com o Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Submissão de propostas para o IV Congresso Internacional sobre Património Industrial | Cidades e Património Industrial **Universidade de Aveiro (Campus Universitário de Santiago), Aveiro**

Realiza-se entre os dias 28 e 30 de julho o IV Congresso Internacional sobre Património Industrial, subordinado ao tema Cidades e Património Industrial.

Estão abertas as submissões de propostas até 22 de abril. As cidades constituem um dos mais notáveis símbolos exteriores do mundo industrial. Com o desenvolvimento da industrialização, as funções até então desempenhadas pelas cidades multiplicaram-se e complexificaram-se, num processo que foi acompanhado por um acentuado crescimento urbanístico. O fenómeno da desindustrialização ocorrido nas últimas décadas trouxe um novo olhar sobre as cidades. Agora, com uma enorme disponibilidade de sítios industriais devolutos, é necessário encontrar soluções que não passem apenas pela sua demolição. O restauro e a reutilização constituem medidas possíveis e apropriadas para evitar aquela opção, com vantagens nos domínios da preservação da memória histórica, da identidade e do equilíbrio urbanístico assim como da regeneração de zonas economicamente deprimidas. Como tema principal deste IV Congresso propõe-se a apresentação de trabalhos práticos e reflexões teóricas e metodológicas sobre as diversas problemáticas que hoje em dia se colocam nas intervenções efectuadas nas cidades tendo em vista a salvaguarda do seu património industrial, para além de abordagens noutras áreas temáticas, como as do Património, Arquitectura, Arqueologia, Museologia e Turismo Industrial.

Informações:

appi.dir@gmail.com
www.museudaindustriatextil.org/4cpi
www.facebook.com/appi.ticciportugal

Centro de Artes e Ofícios do Património

Será inaugurado no próximo dia 28 de março, o Centro de Artes e Ofícios do Património – CAOP, no edifício do Conselho de Guerra, no Largo de S. Martinho, cedido pela Câmara Municipal de Elvas. Na ocasião, será assinado um protocolo com a Comissão Nacional da UNESCO para constituição, no CAOP, de um Clube UNESCO para as Artes e Ofícios do Património.

O CAOP é um centro de formação sobre as artes e ofícios do património, nomeadamente as da construção tradicional, que tem por objetivo capacitar profissionais nos saberes-fazer e nas boas práticas da conservação e salvaguarda do património, promovendo os materiais e técnicas construtivas tradicionais.

O programa de formação versa a utilização da cal nos rebocos, pinturas, estuques, esgrafitos, frescos, a madeira na recuperação de vãos e elementos estruturais, a conservação de jardins e pátios, a defesa e salvaguarda do património construído e a intervenção no edificado. São ainda contempladas as áreas da segurança e saúde no trabalho, a organização do estaleiro e a gestão, direcção e fiscalização de obra.

Projecto da Associação InCIDADES, integrado na Euro Cidade Elvas/Campo Maior/Badajoz, tem como parceiros a Câmara Municipal de Elvas, a Direção Regional de Cultura do Alentejo, o Instituto Politécnico de Portalegre, o Laboratório Hercules, o Centro de Formação Profissional para o Artesanato e Património e o GECORPA - Grémio do Património.

É um projecto aberto à participação e colaboração de todos os interessados na herança cultural que legaremos às gerações vindouras.



Atelier Samthiago concluiu conservação e restauro na Sala dos Serenins, Palácio Nacional da Ajuda

A Samthiago, associada do GECORPA, concluiu recentemente um projeto de Conservação e Restauro na Sala dos Serenins, no Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa.

O Palácio Nacional da Ajuda, classificado como Monumento Nacional, é um antigo Palácio Real que desde 1726 até outubro de 1910, recebeu as famílias Reais. Hoje acolhe as instalações da Biblioteca Nacional da Ajuda, do

Ministério da Cultura e da Direção Geral do Património Cultural.

A Sala dos Serenins (também conhecida como Sala da Física) situa-se no lado nascente do jardim do Palácio e apresenta-se como um pavilhão independente, anexo sobrevivente da Real Barraca, com importante obra de pintura, estuques, talha e chão em parquet desenhado. A Real Barraca, ou Paço de Madeira, foi a resi-

dência oficial dos reis portugueses após a destruição do sumptuoso Paço da Ribeira durante o Terramoto de 1755. Fez parte da Biblioteca da Ajuda e aí teve o seu gabinete de trabalho Alexandre Herculano.

A intervenção foi adjudicada pela Direção-Geral do Património Cultural e decorreu durante um período de 60 dias.

Conferência em Évora sobre “O Arquiteto e a reabilitação do Património Cultural Construído”

Teve lugar no passado dia 24 de janeiro na Casa de Burgos, em Évora, a segunda edição da conferência do ciclo “O Arquiteto e a reabilitação do Património Cultural Construído”, que o Fórum do Património se propõe levar a cabo em várias cidades do País.

A reabilitação dos edifícios e conjuntos com valor patrimonial com vista à sua reutilização coloca problemas específicos. Grande parte dos edifícios em causa foi construída utilizando técnicas e materiais, entretanto, abandonados, em favor de outros mais recentes, nomeadamente o cimento e o betão. A anatomia desses edifícios e a sua tecnologia construtiva é virtualmente desconhecida dos construtores generalistas de hoje.

Tratando-se de construções que se distinguem pelo seu elevado valor histórico ou arquitetónico, as intervenções de reabilitação ganham uma complexidade adicional. Um edifício histórico é, ao mesmo tempo, um bem cultural e uma construção. As intervenções que o envolvam devem atender, simultaneamente, a uma e outra destas vertentes.

Uma atitude projetual “Amiga do Património” é, portanto, uma questão crucial a debater



quando se fala na reabilitação do ponto de vista do projeto de Arquitetura.

Na conferência realizada em Évora, quem se interessa por esta questão assistiu à apresentação da arquiteta Maria Fernandes sobre o projeto Sphera Castris, centro para as artes, ciência e tecnologia, trabalho que ela está presentemente a desenvolver para o mosteiro de S. Bento de Cástris.

Este ciclo de conferências tem o apoio do ICOMOS Portugal, do Centro Nacional de Cultura e da Europa Nostra, e insere-se no âmbito do Ano Europeu do Património Cultural 2018.

Jantar dos 20 anos do GECORPA

O tempo passa a correr e, de repente, já decorreram duas décadas desde que o GECORPA foi fundado! Foram 20 anos de intensa atividade, de muitas mudanças na forma como a sociedade encara o património, de muitas obras, de muitos associados e de muitas amizades. Para celebrar tudo isto, decidiu o fundador convidar para um jantar comemorativo muitos dos amigos que ajudaram a construir o GECORPA, incluindo aqueles que este ano tomaram posse como nova Direção do Grémio.

A noite de 29 de novembro de 2017 foi de confraternização no restaurante da sede da Ordem dos Engenheiros, na Avenida António Augusto de Aguiar, em Lisboa, tendo o engenheiro Vítor Cóias insistido em olhar para o futuro do Grémio, mais do que nos alegrarmos com os êxitos alcançados ao longo destes vinte anos.

A nova Direção prestou uma homenagem ao fundador por ter criado uma instituição de reconhecido mérito a nível nacional e no seu discurso, o engenheiro Vasco Peixoto de Freitas, novo presidente do Grémio, sublinhou a obrigação que todas as empresas de construção deviam ter em dedicar especial cuidado nas intervenções em edifícios antigos.

Não podia deixar de se fazer referência aos 62 números da revista *Pedra & Cal*, publicados desde a fundação do GECORPA e à equipa que, ao longo dos anos, foi tornando realidade este projeto editorial (Catarina Gonçalves, Alexandra Antunes, Pedro Pimentel, Leonor Silva, Cátia Marques, Joana Morão, Cristina Campos, Inês Cóias, Rosa Fernando).

O dia 29 é, também, a data do aniversário da Elsa Fonseca (1972-2015), que durante quase toda a existência do GECORPA, secretariou a associação com grande discrição, encantador sorriso e notável capacidade de trabalho para atender ao crescente número de associados, de iniciativas e de notoriedade do Grémio.

Miguel Brito Correia



INTERVENÇÃO DE VÍTOR CÓIAS
Presidente da Direção Cessante



INTERVENÇÃO DE
VASCO PEIXOTO DE FREITAS
Novo Presidente da Direção

GRUPO I

Projeto, fiscalização e consultoria



Consultoria em reabilitação do património edificado.
Inspeção e diagnóstico.
Avaliação de segurança estrutural e sísmica.
Modelação numérica avançada.
Projeto de reabilitação e reforço.
Monitorização.



Gestão imobiliária e de participações, Lda.



Juntas de dilatação de edifícios, rodoviárias e ferroviárias, pregagens Cintec, proteção sísmica, químicos para construção, aparelhos de apoio, pré-esforço, reabilitação de estruturas, proteção contra explosões, barreiras acústicas, nanopartículas para a construção.

GRUPO II

Levantamentos, inspeções e ensaios



Levantamentos.
Inspeções e ensaios não destrutivos.
Estudo e diagnóstico.

GRUPO III

Execução dos trabalhos.
Empreiteiros e Subempreiteiros



Conservação e restauro do património arquitetónico.
Reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas.
Instalações especiais em património arquitetónico e construções antigas.



Conservação e restauro do património arquitetónico.
Conservação e reabilitação de construções antigas.



Conservação e reabilitação de edifícios.
Consolidação estrutural.
Cantarias e alvenarias.
Pinturas e carpintarias.
Conservação e restauro de património artístico.



Construções Borges & Cantante, Lda

Construção de edifícios.
Conservação e reabilitação de construções antigas.



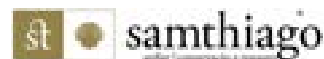
Conservação e reabilitação de edifícios.
Consolidação estrutural.
Conservação de cantarias e alvenarias.



Engenharia, construção e reabilitação.



Consultoria e projeto: reabilitação de edifícios; comportamento higrotérmico; comportamento acústico; estudo de patologias; coordenação de projeto



Projeto de conservação e restauro do património arquitetónico.
Conservação e restauro do património arquitetónico.
Azulejos; cantarias (limpeza e tratamento); dourados; esculturas de pedra; pinturas decorativas; rebocos e estuques; talha.



Reparação e reforço de estruturas.
Reabilitação de edifícios.
Inspeção técnica de edifícios e estruturas.
Instalação de juntas.
Pintura e revestimentos industriais.

GRUPO IV

Fabrico e/ou distribuição
de produtos e materiais



Fabricante de reforços de estruturas em betão armado e alvejaras com compósitos de fibras. Reforço de pavimentos rodoviários, aeroportuários e portuários com malhas de fibra de carbono e vidro.



Produção e comercialização de produtos e materiais para o património arquitetónico e construções antigas.



GECORPA GRÉMIO DO PATRIMÓNIO

Instituição de utilidade pública

(despacho n.º 14926/2014 do D.R. 238/2014, 2.ª Série, de 2014-12-10)

O GECORPA – Grémio do Património é uma associação de empresas e profissionais especializados na conceção, projeto e execução de intervenções na área da reabilitação do edificado e da conservação do património.

O GECORPA – Grémio do Património agrega também outras entidades, públicas ou privadas, e simples cidadãos interessados.

Decorridos mais de 15 anos sobre a sua fundação, os **grandes objetivos** do Grémio mantêm uma total – se não acrescida – justificação e atualidade:

Promover a reabilitação do edificado e da infra-estrutura, a valorização dos centros históricos, das aldeias tradicionais e do Património, como alternativa à construção nova, concorrendo, deste modo, para o desenvolvimento sustentável do País;

Zelar pela qualidade das intervenções de reabilitação do edificado e do Património, através da divulgação das boas práticas e da formação especializada, promovendo a qualificação dos recursos humanos e das empresas deste setor e defendendo os seus interesses;

Contribuir para a melhoria do ordenamento e da regulação do setor da construção e para a mudança do seu papel na economia e na sociedade.



Conferência “Baixa Pombalina a Património Mundial: Ainda é Possível?”



Visita “Estaleiro Aberto” à sede da Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitetos



Sessão de informação e debate “O Património Cultural e a Descentralização”



Fórum do Património 2017, em Lisboa

A excelência é um objetivo a perseguir em todas as intervenções de conservação e restauro do património edificado.